

A Guerra Civil na França

Karl Marx

A Guerra Civil na França (1871)

Karl Heinrich Marx (1818 -1883)

A Guerra Civil na França

Karl Marx

Sumário

Introdução de Engels	5
Primeiro manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana	29
Segundo manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana	38
Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871	
I	52
II	70
III	84
IV	112

Introdução de Engels

O pedido para reeditar o manifesto do Conselho Geral da Internacional sobre *A Guerra civil na França* e de acompanhá-lo de uma introdução colheu-me desprevenido. Terei por isso de limitar-me a abordar aqui os pontos mais importantes.

Precedendo o mais extenso trabalho acima mencionado, incluo os dois manifestos mais curtos do Conselho Geral acerca da guerra franco-prussiana. De logo, porque em *A Guerra civil* faz-se referência ao segundo desses dois manifestos que, por sua vez, não pode ser totalmente compreendido sem que se conheça o primeiro. Em seguida, porque esses dois manifestos, escritos também por Marx, são, assim como *A Guerra Civil*, eloqüentes exemplos dos dotes excepcionais do autor — revelados pela primeira vez em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* — para penetrar com toda clarividência o caráter, o alcance e as conseqüências inevitáveis dos grandes acontecimentos históricos, quando esses ainda se

desenrolam diante de nossos olhos ou mal acabam de produzir-se. E, finalmente, porque estamos ainda hoje na Alemanha sofrendo as conseqüências daqueles acontecimentos, tal como Marx previra.

Afirmava-se no primeiro manifesto que se a guerra defensiva da Alemanha contra Luís Bonaparte degenerasse numa guerra de conquista contra o povo francês, reviveriam com redobrada intensidade todas as desventuras que a Alemanha havia experimentado depois da chamada guerra da independência⁽¹⁾. Porventura, isso não se confirmou? Não sofremos outros vinte anos de dominação de Bismarck, com sua Lei de Exceção e sua caça aos socialistas em lugar das perseguições dos demagogos⁽²⁾, com as mesmas arbitrariedades policiais e a mesma, literalmente a mesma, ignóbil interpretação das leis?

E acaso não se realizou ao pé da letra a previsão de que a anexação da Alsácia e da Lorena “lançaria a França nos braços da Rússia” e de que a Alemanha com essa anexação se converteria abertamente num vassalo da Rússia ou teria que preparar-se, após breve trégua, para uma nova guerra que seria, ademais, “uma guerra de raça contra as raças latinas e os eslavos coligados”? Porventura a anexação das províncias francesas não lançou a França nos braços da Rússia? Por ventura Bismarck não

implorou em vão durante vinte anos inteiros, os favores do czar, degradando-se com serviços ainda mais torpes do que aqueles mediante os quais a pequena Prússia, antes de se tornar “a primeira potência da Europa”, prostrava-se aos pés da Santa Rússia? E acaso não pende constantemente sobre nossas cabeças a espada de Dâmocles de outra guerra que, em seu primeiro dia, converterá em cinza todas as alianças firmadas pelos príncipes sobre o papel; uma guerra em que só há de certo a incerteza absoluta de suas conseqüências; uma guerra de raças que submeterá toda a Europa à sanha devastadora de quinze ou vinte milhões de homens armados e que se não começou ainda a provocar destruições é porque mesmo a mais forte entre as grandes potências militares treme diante da impossibilidade de prever o seu desfecho?

Daí estarmos ainda mais no dever de tornar acessíveis aos operários alemães esses brilhantes documentos, hoje meio esquecidos, da clarividência da política internacional da classe operária em 1870.

O que dissemos com referência a esses dois manifestos cabe também em relação a *A Guerra Civil na França*. A 28 de maio os últimos combatentes da Comuna sucumbiam ante a superioridade de forças do inimigo nas faldas de

Belleville. Dois dias depois, a 30, já Marx lia diante do Conselho Geral a sua obra, na qual esboça a significação histórica da Comuna de Paris, em traços breves e enérgicos, mas tão penetrantes e sobretudo tão exatos que não foram jamais iguais em meio à abundante literatura publicada sobre o assunto.

Graças ao desenvolvimento econômico e político da França a partir de 1789, a situação em Paris tem sido tal, há cinqüenta anos, que era impossível estalar nessa cidade uma revolução qualquer que não revestisse um caráter proletário, isto é, sem que o proletariado, que havia comprado a vitória com o seu sangue, surgisse após a vitória com as suas reivindicações próprias. Essas reivindicações eram mais ou menos obscuras e mesmo confusas, variando em cada período segundo o grau de desenvolvimento dos operários parisienses, mas o objetivo final era sempre a supressão dos antagonismos de classe entre capitalistas e operários. Em verdade, ninguém sabia como consegui-lo. Mas a própria reivindicação, por mais vaga que fosse em sua forma, encerrava já uma ameaça para a ordem social estabelecida; os operários que a levantavam estavam ainda armados; por isso o desarmamento dos operários era considerado o primeiro dever para os burgueses que se achavam à frente do Estado. Assim se explica que depois de cada revolução ganha pelos operários se

travasse uma nova luta, cujo desfecho era a derrota dos operários.

Assim foi pela primeira vez em 1848. Os burgueses liberais da oposição parlamentar realizavam banquetes a favor da aplicação de uma reforma eleitoral que assegurasse a supremacia de seu partido. Vendo-se cada vez mais obrigados a apelar para o povo na luta que sustentavam contra o governo, não tinham outro remédio senão tolerar que os setores radicais e republicanos da burguesia e da pequena burguesia pouco a pouco se colocassem à frente. Mas, por trás desses setores estavam os operários revolucionários que, após 1830, haviam adquirido muito mais independência política do que imaginavam os burgueses e mesmo os republicanos. Ao verificar-se a crise entre o governo e a oposição, os operários deram início à luta nas ruas. Luís Felipe desapareceu, e com ele a reforma eleitoral. O seu lugar foi ocupado pela República, e uma República que os próprios operários vitoriosos chamavam República “social”. Ninguém sabia ao certo, nem mesmo os operários, o que se devia entender por república social. Mas agora os operários possuíam armas e eram uma força dentro do Estado. Por isso, logo que os burgueses republicanos, que se achavam à testa do governo, sentiram pisar em terreno pouco firme, seu primeiro impulso foi desarmar os operários. Para consegui-lo, forçaram a

precipitada insurreição de junho de 1848 por meio da violação aberta da palavra empenhada, lançando aos operários um desafio direto e tentando desterrar os desempregados para uma província afastada, O governo havia tomado medidas para garantir uma esmagadora superioridade de forças. Depois de cinco dias de luta heróica os operários sucumbiram. E se produziu um banho de sangue de prisioneiros indefesos como jamais se vira desde os dias das guerras civis com que se iniciou a derrocada da República Romana. Era a primeira vez que a burguesia mostrava a que extremo de crueldade e vingança é capaz de chegar sempre que o proletariado se atreva a defrontar-se com ela como uma classe independente, que tem os seus próprios interesses e reivindicações. E apesar disso 1848 não foi mais do que um brinquedo de crianças comparado com a fúria selvagem de 1871.

O castigo não se fez esperar. Se o proletariado não estava ainda em condições de governar a França, a burguesia já não podia continuar governando-a. Pelo menos naquele momento, em que a sua maioria era ainda de tendência monárquica e se encontrava dividida em três partidos dinásticos⁽³⁾ e um quarto, republicano. Suas discrepâncias internas permitiram ao aventureiro Luís Bonaparte apoderar-se de todos os postos de mando — exército, polícia, aparelho

administrativo — e liquidar, a 2 de dezembro de 1851, o último baluarte da burguesia: a Assembléia Nacional. Assim começou o Segundo Império: a exploração da França por um bando de aventureiros da política e das finanças, mas também, ao mesmo tempo, um desenvolvimento industrial como jamais teria sido possível conceber-se sob o sistema mesquinho e pusilânime de Luís Felipe, em que um pequeno setor da grande burguesia detinha o poder exclusivo. Luís Bonaparte retirou aos capitalistas o poder político sob o pretexto de defendê-los, de defender os burgueses contra os operários e, por outro lado, de proteger os operários contra a burguesia. Mas, ao invés disso, seu regime estimulou a especulação e a atividade industrial; em uma palavra: o ascenso e o enriquecimento de toda a burguesia em proporções até então desconhecidas. E é verdade que, em grau ainda maior, também se desenvolveram a corrupção e o roubo em massa, que pululavam em torno da Corte Imperial e retiravam bons dividendos desse enriquecimento.

Mas o Segundo Império era o apelo ao chauvinismo francês: a reivindicação das fronteiras do Primeiro Império, perdidas em 1814, ou ao menos da Primeira República. Um Império francês dentro das fronteiras da antiga monarquia, pior ainda, dentro das fronteiras ainda mais amputadas de 1815, não poderia

sobreviver por muito tempo. Isso implicava a necessidade de guerras periódicas e de ampliação das fronteiras. Mas não havia extensão territorial que tanto deslumbrasse a fantasia dos chauvinistas franceses como as terras alemãs da margem esquerda do Reno. Uma milha quadrada no Reno valia mais para eles do que dez nos Alpes ou outro lugar qualquer. Proclamado o Segundo Império, a reivindicação da margem esquerda do Reno, fosse de uma vez ou por partes, era simplesmente uma questão de tempo. E o tempo chegou com a guerra austro-prussiana de 1866. Defraudado em suas esperanças de “compensações territoriais”, por Bismarck e por sua própria política demasiado astuta e vacilante, não restava a Napoleão outra saída a não ser a guerra, que deflagrou em 1870 e o conduziu primeiro a Sedan e, em seguida, a Wilhermshöhe⁽⁴⁾.

A conseqüência inevitável foi a revolução de Paris de 4 de setembro de 1870. O Império desmoronou-se como um castelo de cartas e foi novamente proclamada a República. Mas o inimigo se achava às portas: os exércitos do Império estavam sitiados em Metz, sem esperança de salvação, ou prisioneiros na Alemanha. Nessa situação angustiosa, o povo permitiu aos deputados parisienses do antigo Corpo Legislativo constituir-se em “Governo de Defesa Nacional”, O povo acedeu nesse sentido com tanto mais

facilidade devido a que, para os fins de defesa, todos os parisienses capazes de empunhar armas estavam engajados na Guarda Nacional se achavam armados, formando os operários dentro dela uma grande maioria. Mas o antagonismo entre o governo constituído quase exclusivamente por burgueses, e o proletariado em armas não tardou a se manifestar. A 31 de outubro os batalhões operários tomaram por assalto o *Hôtel de Ville* e prenderam alguns membros do governo. A traição, a violação descarada da palavra pelo governo e a intervenção de alguns batalhões pequeno-burgueses os puseram novamente em liberdade; para não provocar a eclosão de uma guerra civil dentro da cidade sitiada por um exército estrangeiro, permitiu-se que eles continuassem no governo.

Por fim, a 28 de janeiro de 1871, a cidade de Paris, vencida pela fome, capitulou. Mas com honras até então desconhecidas na história das guerras. Os fortes se renderam, as fortificações foram desarmadas, as armas das tropas de linha e da Guarda Móvel foram entregues e seus homens considerados prisioneiros de guerra. Entretanto, a Guarda Nacional conservou suas armas e seus canhões, limitando-se a selar um armistício com os vencedores. E esses não se atreveram a entrar em Paris sob o toque de triunfo. Ousaram apenas ocupar um pequeno recanto da cidade, numa parte do qual não havia

senão parques públicos e ainda assim só o ocuparam por alguns dias! E durante esse tempo, eles, que haviam cercado Paris por 131 dias, estiveram cercados pelos operários armados da capital, que montavam guarda atentamente a fim de que nenhum “prussiano” ultrapassasse os estreitos limites do recanto cedido aos conquistadores estrangeiros. Tal era o respeito que os operários de Paris infundiam a um exército diante do qual haviam rendido suas armas todas as tropas do Império. E os junkers prussianos, que pretendiam vingar-se no berço da revolução, eram obrigados a parar respeitosamente e fazer a saudação militar a essa mesma revolução armada!

Durante a guerra, os operários de Paris limitaram-se a exigir a continuação enérgica da luta. Mas agora, selada a paz após a capitulação de Paris, Thiers, novo chefe do governo, era forçado a compreender que a dominação das classes possuidoras — grandes latifundiários e capitalistas — estava em constante perigo enquanto os operários parisienses conservassem as armas em suas mãos. Seu primeiro ato foi uma tentativa de desarmá-los. A 18 de março enviou tropas com ordem de retirar à Guarda Nacional a artilharia que lhe pertencia, pois fora construída e paga por subscrição pública durante o assédio de Paris. A tentativa não conseguiu êxito.

Paris levantou-se como um só homem, declarando-se a guerra entre Paris e o governo francês instalado em Versalhes. A 26 de março foi eleita, e a 28 proclamada, a Comuna de Paris, O Comitê Central da Guarda Nacional, que até então havia exercido o poder, renunciou em favor da Comuna, depois de decretar a abolição da escandalosa “polícia de costumes” de Paris. A 30, a Comuna suprimiu o serviço militar obrigatório e o exército permanente, reconhecendo a Guarda Nacional como a única força armada, à qual deviam pertencer todos os cidadãos válidos. Isentou os pagamentos de aluguel de moradias de outubro de 1870 até abril de 1871, abonando para futuros pagamentos de aluguéis as importâncias já recolhidas, e suspendeu a venda de objetos empenhados nos estabelecimentos municipais de empréstimos. No mesmo dia foram confirmados em seus cargos os estrangeiros eleitos para a Comuna, pois “a bandeira da Comuna é a bandeira da República mundial”. A 1º de abril foi decidido que o salário mais elevado de um funcionário da Comuna, e portanto dos seus próprios membros, não podia exceder de 6 mil francos (4.800 marcos). No dia seguinte a Comuna decretou a separação da Igreja e o Estado e a supressão de todas as subvenções do Estado para fins religiosos, declarando propriedade nacional todos os bens da Igreja; em consequência, foi dada ordem, a 8 de abril, para

que se retirassem das escolas todos os símbolos religiosos, imagens, dogmas, orações, em uma palavra, “tudo o que esteja na órbita da consciência individual”, ordem que foi sendo posta em prática pouco a pouco. No dia 5, em vista dos fuzilamentos que se renovavam a cada dia dos combatentes da Comuna aprisionados pelas tropas de Versalhes, foi promulgado um decreto — no entanto, não executado — relativo à prisão dos reféns. No dia 6, o 137.º Batalhão da Guarda Nacional trouxe para as ruas a guilhotina e a queimou, em meio ao entusiasmo popular. A 12, a Comuna decidiu que fosse demolida a Coluna Triunfal da praça Vendôme, fundida com o bronze dos canhões conquistados por Napoleão depois da guerra de 1809, como símbolo de chauvinismo e de incitação ao ódio entre as nações. Esse decreto foi executado no dia 16 de maio. A 16 de abril, a Comuna ordenou que se fizesse um recenseamento estatístico de todas as fábricas fechadas pelos patrões e se preparassem os planos para o reinício de sua atividade pelos operários que nelas trabalhavam, organizados em associações cooperativas, assim como se projetasse também a organização de todas essas associações numa grande federação. No dia 20 a Comuna declarou extinto o trabalho no turno dos padeiros e suprimiu também as agências de emprego que, durante o Segundo Império, eram um monopólio de certos indivíduos escolhidos

pela polícia, exploradores da pior espécie dos operários. Os escritórios foram transferidos para as alcaparras dos vinte distritos de Paris. A 30 de abril, ordena a supressão das casas de penhor, baseando-se em que eram uma forma de exploração privada dos operários, em contradição com o direito que tinham de dispor de seus instrumentos de trabalho e de crédito. A 5 de maio, determinou a demolição da Capela Expiatória, erigida para reparar a execução de Luís XVI.

Como se vê, o caráter de classe do movimento de Paris, que antes havia sido relegado a segundo plano em virtude da luta contra os invasores estrangeiros, ressalta com traços nítidos e enérgicos a partir de 18 de março. Como os membros da Comuna eram todos, quase sem nenhuma exceção, operários ou reconhecidos representantes dos operários, as suas resoluções se distinguiam por um caráter marcadamente proletário. Uma parte de seus decretos eram reformas que a burguesia republicana não se atrevera a implantar por vil covardia e que lançavam os fundamentos indispensáveis para a livre atuação da classe operária, como, por exemplo, a implantação do princípio de que, com relação ao Estado, a religião não é senão um problema de foro íntimo; outros tinham o objetivo de salvaguardar diretamente os interesses da classe operária, algumas vezes mesmo abrindo

profundas brechas na velha ordem social. Mas tudo isso, numa cidade sitiada, não podia ir além de um início de realização. Desde os primeiros dias de maio a luta contra os exércitos de Versalhes, cada vez mais numerosos, absorvia todas as forças.

A 7 de abril, os versalheses tomaram a ponte sobre o Sena, em Neuilly, na frente ocidental de Paris; em compensação, no dia 11, durante um ataque do general Eudes, na frente sul, foram rechaçados de modo esmagador. Paris estava submetida a incessante bombardeio, e pelas mesmas pessoas que haviam estigmatizado como um sacrilégio o bombardeio da capital pelos prussianos. Agora, eles próprios imploravam ao governo prussiano que acelerasse a devolução dos soldados franceses feitos prisioneiros em Sedan e Metz, para que reconquistassem Paris. A partir dos começos de maio, a chegada gradual dessas tropas deu uma superioridade decisiva às forças de Versalhes. Isso já se evidenciara quando, a 23 de abril, Thiers rompeu as negociações, iniciadas por proposta da Comuna, para a troca do arcebispo de Paris e toda uma série de sacerdotes, presos na capital como reféns, por um só homem, Blanqui, eleito por duas vezes para a Comuna, mas preso em Clairvaux. E se tornou ainda mais patente na nova linguagem de Thiers que, de reservado e reticente, passou de súbito a insolente, ameaçador e brutal. Na frente

sul, os versalheses tomaram, a 3 de maio, o reduto de Moulin Saquet; no dia 9 apoderaram-se do forte de Issy, completamente reduzido a escombros pelo canhoneio; a 14, tomaram o forte de Vanves. Na frente ocidental, avançavam paulatinamente, apoderando-se de numerosos edifícios e aldeias que se estendiam até o cinturão fortificado da cidade e chegando, por fim, até a própria muralha; a 21, em virtude de uma traição e devido a um descuido dos guardas nacionais destacados nesse setor, conseguiram abrir caminho para o interior da cidade. Os prussianos, que continuavam ocupando os fortes do Norte e do Este, permitiram aos versalheses cruzar pela parte norte da cidade, terreno que lhes era vedado segundo os termos do armistício e, desse modo, avançar atacando sobre uma larga frente, que os parisienses, acreditando estar protegida pelo referido armistício, haviam guarnecido com reduzidas forças. Resultado foi que na metade ocidental de Paris, nos bairros ricos, opôs-se apenas uma débil resistência, que se tornava mais forte e mais tenaz à medida que as forças atacantes se aproximavam do setor oriental, dos bairros propriamente operários. Só depois de uma luta de oito dias sucumbiram nas colinas de Belleville e Ménilmontant os últimos defensores da Comuna. E então atingiu o seu ponto culminante aquela matança de homens desarmados, mulheres e crianças que haviam

lutado durante toda uma semana com um desassombro crescente. Já os fuzis não matavam com bastante rapidez, e entraram em cena as metralhadoras para executar os vencidos, às centenas. O “Muro dos federados” do cemitério de Père-Lachaise, onde se consumou o último assassinato em massa, ainda está de pé, testemunho mudo, porém eloqüente, da fúria a que é capaz de chegar a classe dominante quando o proletariado se atreve a reclamar os seus direitos. Logo quando se viu que era impossível matar a todos, vieram as detenções em massa, iniciaram-se os fuzilamentos de vítimas arbitrariamente escolhidas entre as fileiras de prisioneiros e a transferência dos demais para grandes campos de concentração, onde aguardavam o comparecimento diante dos Conselhos de Guerra. As tropas prussianas, que haviam cercado o nordeste de Paris, receberam ordem de não deixar passar um só fugitivo, mas os oficiais freqüentemente fechavam os olhos quando os soldados ouviam mais a voz da humanidade que a de seus superiores; menção especial merece, por seu humano comportamento, o corpo de exército da Saxônia, que permitiu escaparem numerosas pessoas, cuja condição de combatentes da Comuna era evidente.

Hoje, ao cabo de vinte anos, voltando os olhos para as atividades e a significação histórica da Comuna de Paris de 1871, sentimos a necessidade de introduzir alguns acréscimos na exposição feita em *A Guerra Civil na França*.

Os membros da Comuna dividiam-se em uma maioria de blanquistas, que haviam predominado também no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria composta por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, entre os quais prevaleciam os adeptos da escola socialista de Proudhon. Naquela época, os blanquistas, em seu conjunto, eram socialistas só por instinto revolucionário e proletário; somente um reduzido número dentre eles alcançara uma maior clareza de princípios, graças a Vaillant, que conhecia o socialismo científico alemão. Eis porque a Comuna deixou de realizar, no terreno econômico, coisas que, do nosso ponto de vista atual, devia ter feito. O mais difícil de compreender é, sem dúvida, o sagrado temor com que aqueles homens se detiveram respeitosamente nos portões do Banco da França. Foi esse, além do mais, um grave erro político. Nas mãos da Comuna, o Banco da França teria valido mais do que dez mil reféns. Teria significado a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes para que negociasse a paz com a Comuna. Mas o mais maravilhoso ainda é a quantidade de coisas

justas feitas pela Comuna, apesar de composta por proudhonianos e blanquistas. Sem dúvida, cabe aos proudhonianos a principal responsabilidade pelos decretos econômicos da Comuna, tanto no que tinham de positivo como de negativo; aos blanquistas, cabe a principal responsabilidade pelos atos e as omissões no terreno político. E em ambos os casos quis a ironia da história — como geralmente acontece, quando o poder passa para as mãos dos doutrinários — que tanto uns como outros fizessem o contrário daquilo que prescrevia a doutrina de sua escola respectiva.

Proudhon, o socialista dos pequenos camponeses e do artesanato, odiava positivamente a associação. Dizia que ela possuía mais de mau do que de bom; que era estéril por natureza, embora nociva, como um entrave à liberdade do trabalhador: que era um puro dogma, improdutivo e oneroso, contrário tanto à liberdade do operário como à economia de trabalho; que os seus inconvenientes desenvolviam-se com mais rapidez do que as suas vantagens; que, em face dela, a livre concorrência, a divisão do trabalho e a propriedade privada mantinham-se como forças econômicas. Só em casos excepcionais — assim chamava Proudhon a grande indústria e as grandes empresas como, por exemplo, as estradas de ferro — havia lugar para a associação

dos operários (ver *Idéia Geral da Revolução*, 3a. edição).

Em 1871, e em Paris mesmo, dentro do artesanato artístico, a grande indústria deixara já a tal ponto de ser um caso excepcional que o mais importante de todos os decretos da Comuna determinava uma organização para a grande indústria, inclusive para a manufatura, que não se baseava só na associação de operários dentro de cada fábrica, mas devia também unificar todas essas associações numa grande federação; em suma, numa organização que, como diz muito bem Marx em *A Guerra Civil*, teria afinal conduzido forçosamente ao comunismo, isto é, ao antípoda direto da doutrina proudhoniana. Por isso a Comuna foi a sepultura da escola proudhoniana do socialismo. Essa escola desapareceu hoje dos meios operários franceses; neles, atualmente, a doutrina de Marx predomina sem discussão, entre os possibilistas⁽⁵⁾, não menos que entre os “marxistas”. Só entre a burguesia “radical” existem ainda proudhonianos.

Não foi melhor a sorte que tiveram os blanquistas. Educados na escola da conspiração e mantidos coesos pela rígida disciplina que corresponde a essa escola, os blanquistas partiam da idéia de que um grupo relativamente reduzido de homens decididos e bem organizados estaria em condições não só de apoderar-se na

direção do Estado num momento propício, mas também, desenvolvendo uma ação enérgica e incansável, seria capaz de manter-se até conseguir arrastar à revolução as massas do povo e congregá-las em torno de um pequeno grupo dirigente. Isso conduzia, sobretudo, à mais rígida e ditatorial centralização de todos os poderes nas mãos do novo governo revolucionário. Mas, o que fez a Comuna, composta em sua maioria precisamente de blanquistas? Em todas as proclamações dirigidas aos franceses das províncias, a Comuna exortava à criação de uma federação livre de todas as comunas da França com Paris, uma organização nacional que, pela primeira vez, devia ser criada pela própria nação. Exatamente o poder opressor do antigo governo centralizado — o exército, a polícia política e a burocracia — instituído por Napoleão em 1798 e que, desde então, cada novo governo havia herdado como um instrumento eficaz, empregando-o contra os seus inimigos — exatamente essa força é que devia ser derrubada em toda a França, como o fora em Paris.

A Comuna teve de reconhecer, desde o primeiro momento, que a classe operária ao chegar ao poder não pode continuar governando com a velha máquina do Estado; que para não perder de novo a sua dominação recém-conquistada, a classe operária deve, de um lado, abandonar toda a velha máquina repressiva até

então utilizada contra ela e, de outro, prevenir-se contra os seus próprios mandatários e funcionários, declarando-os demissíveis, a qualquer tempo e sem exceção. Em que consistia a particularidade característica do Estado até então? Originariamente, por meio da simples divisão do trabalho, a sociedade criou os órgãos especiais destinados a defender os seus interesses comuns. Mas, com o tempo, esses órgãos, a cuja frente figurava o poder estatal, converteram-se, à medida que defendiam os seus próprios interesses específicos, de servidores da sociedade em seus senhores. Isso pode ser visto, por exemplo, não só nas monarquias hereditárias, mas também nas repúblicas democráticas. Não há nenhum país em que os “políticos” formem um setor mais poderoso e mais desligado da nação do que a América do Norte.

Ai, cada um dos dois grandes partidos que se alternam no governo é, por sua vez, governado por pessoas que fazem da política um negócio, que especulam com as cadeiras de deputados nas assembléias legislativas da União e dos diferentes Estados federados, ou que vivem da agitação em favor de seu partido e são retribuídos com cargos quando eles triunfam. É sabido que os norteamericanos se esforçam, há trinta anos, para libertar-se desse jugo, que chegou a ser insuportável, e que, apesar de tudo, se afundam cada vez mais nesse pântano de corrupção. E é

precisamente na América do Norte onde melhor podemos ver como avança essa independização do Estado em face da sociedade, da qual originariamente devia ser um simples instrumento. Não existe aqui dinastia, nem nobreza, sem exército permanente — com exceção de alguns soldados que montam guarda contra os índios —, nem burocracia com cargos permanentes ou direitos de aposentadoria. E, entretanto, encontramos na América do Norte com duas grandes quadrilhas de especuladores políticos que alternadamente se apossam do poder estatal e o exploram pelos meios e para os fins mais corruptos; e a nação é impotente diante desses dois grandes consórcios de políticos, seus pretensos servidores mas que, em realidade, a dominam e a saqueiam.

Contra essa transformação do Estado e dos órgãos estatais de servidores da sociedade em seus senhores, inevitável em todos os Estados anteriores, empregou a Comuna dois remédios infalíveis. Em primeiro lugar, preencheu todos os cargos administrativos, judiciais e do magistério através de eleições, mediante o sufrágio universal, concedendo aos eleitores o direito de revogar a qualquer momento o mandato concedido.

Em segundo lugar, todos os funcionários, graduados ou modestos, eram retribuídos como os demais trabalhadores. O salário mais alto pago

pela Comuna era de 6 mil francos. Punha-se desse modo uma barreira eficaz ao arrivismo e à caça aos altos empregos, e isso sem falar nos mandatos imperativos dos delegados aos corpos representativos, que a Comuna igualmente introduziu.

No capítulo terceiro de *A Guerra Civil* descreve-se detalhadamente esse trabalho orientado no sentido de abolir violentamente o velho poder estatal e substituí-lo por outro, novo e verdadeiramente democrático. Contudo, é indispensável examinar aqui brevemente alguns dos aspectos dessa substituição por ser precisamente a Alemanha um país em que a fé supersticiosa no Estado se transplantou do campo filosófico para a consciência comum da burguesia e mesmo de numerosos operários. Segundo a concepção filosófica, o Estado é a “realização da Idéia” ou seja, traduzido em linguagem filosófica, o reino de Deus sobre a terra, o terreno em que se tornam ou devem tomar-se realidade a eterna verdade e a eterna justiça. Surge daí uma veneração supersticiosa do Estado e de tudo o que com ele se relaciona, veneração supersticiosa que se vai implantando na consciência com tanto maior facilidade quando as pessoas se habituem, desde a infância, a pensar que os assuntos e interesses comuns a toda a sociedade não podem ser regulados nem defendidos senão como tem sido

feito até então, isto é, por meio do Estado e de seus bem pagos funcionários. E já se crê ter sido dado um passo enormemente audaz ao libertar-se da fé na monarquia hereditária e manifestar entusiasmo pela República democrática. Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia; e, no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo desse velho traste do Estado.

Ultimamente, as palavras “ditadura do proletariado” voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado!

Londres, no vigésimo aniversário da Comuna de Paris, 18 de março de 1891.

Escrito por F. Engels para a edição em separado de *A Guerra Civil na França*, de K. Marx publicada em Berlim em 1891. Publica-se segundo a edição soviética de 1951, de acordo com o texto do livro. Traduzido do espanhol, em confronto com a tradução francesa (Éditions Sociales, 1946)

Primeiro manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana

A todos os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos

No manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, datado de novembro de 1864, dizíamos: “Se a emancipação da classe operária exige a sua fraternal união e colaboração, como poderá ela cumprir essa grande missão com uma política exterior orientada para objetivos criminosos, que põe em jogo preconceitos nacionais e dilapida em guerras de rapina o sangue e as riquezas do povo?” E definíamos a política exterior à qual aspira a Internacional nas seguintes palavras: “Reivindicar que as simples leis da moral e da justiça, que devem presidir as relações entre os indivíduos, sejam as leis supremas das relações entre as nações.”

Não pode surpreender-nos o fato de Luís Bonaparte, que usurpou o poder explorando a guerra de classes na França e o perpetuou

mediante guerras periódicas no exterior, tratar a Internacional, desde o primeiro momento, como um inimigo perigoso. Nas vésperas do plebiscito⁽⁶⁾ ordenou que se desse uma batida contra os membros dos comitês administrativos da Associação Internacional dos Trabalhadores de um extremo a outro da França: em Paris, Lyon, Rouen, Marselha, Brest, etc., sob o pretexto de que a Internacional era uma sociedade secreta e estava envolvida num *complot* para assassiná-lo. O absurdo desse pretexto foi evidenciado logo depois, em toda sua plenitude, pelos seus próprios juízes. Que delito haviam cometido, em verdade, as seções francesas da Internacional? O de dizer ao povo francês, pública e energicamente, que votar pelo plebiscito seria votar pelo despotismo dentro do país e pela guerra no exterior. E foi obra sua, de fato, que em todas as grandes cidades, em todos os centros industriais da França, a classe operária se levantasse como um só homem para rechaçar o plebiscito. Desgraçadamente, a profunda ignorância nas regiões rurais fez pender para o outro lado o prato da balança. As bolsas, os governos, as classes dominantes e a imprensa de toda a Europa celebraram o plebiscito como um triunfo memorável do imperador francês sobre a classe operária da França; em verdade, foi o sinal para o assassinato, já não de um indivíduo, mas de nações inteiras.

O *complot* guerreiro de 1870⁽⁷⁾ não é mais do que uma edição corrigida e aumentada do golpe de Estado de dezembro de 1851. À primeira vista, a coisa parecia tão absurda que a França se recusava a acreditar que aquilo ocorresse realmente a sério. Inclina-se mais para crer no deputado que denunciava serem os discursos belicosos dos ministros um simples expediente de especulação bolsista. Quando, por fim, a 15 de julho, a guerra foi oficialmente comunicada ao Corpo Legislativo, toda a oposição se negou a votar os créditos preliminares e o próprio Thiers estigmatizou a guerra como “detestável”; todos os jornais independentes de Paris a condenaram e, coisa estranha, a imprensa das províncias se uniu a eles quase unanimemente.

Enquanto isso, os membros de Paris da Internacional haviam voltado à atividade. Em *Réveil*⁽⁸⁾ de 22 de julho, publicaram o seu manifesto “aos operários de todas as nações”, do qual extraímos as passagens seguintes:

“Uma vez mais — dizem — sob o pretexto do equilíbrio europeu e da honra nacional, a paz do mundo se vê ameaçada pelas ambições políticas. Operários da França, da Alemanha, da Espanha! Unamos nossas vozes num grito unânime de condenação da guerra!... Guerrear por uma questão de preponderância ou por uma dinastia tem que ser forçosamente considerado pelos

operários como um criminoso absurdo! Respondendo às proclamações guerreiras dos que se eximem a si mesmos da contribuição de sangue e encontram nas desgraças públicas um manancial de novas especulações, nós, os que queremos paz, trabalho e liberdade, erguemos nossa voz de protesto!... Irmãos da Alemanha! Nossas dissensões não fariam senão garantir o triunfo completo do despotismo em ambas as margens do Reno. — Operários de todos os países! Qualquer que seja no momento o resultado de nossos esforços comuns, nós, membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, que não conhece fronteiras, vos enviamos, como penhor de uma solidariedade indestrutível, os votos de felicidade e as saudações dos trabalhadores da França.”

Esse manifesto de nossas seções parisienses foi seguido de numerosos apelos semelhantes de outras partes da França, entre os quais só poderemos citar aqui a declaração de Neuilly-sur-Seine, publicado no *Marsellaise*⁽⁹⁾ de 22 de julho: “É justa esta guerra? Não! É uma guerra puramente dinástica. Em nome da justiça, da democracia, dos verdadeiros interesses da França, aderimos por completo e com toda energia ao protesto da Internacional contra a guerra.”

Esses protestos exprimiam, como logo seria provado por um curioso incidente, os verdadeiros sentimentos dos operários franceses. Como se lançasse à rua a banda de 10 de dezembro⁽¹⁰⁾ organizada primeiramente sob a presidência de Luís Bonaparte — disfarçada com camisas de operários para representar as contorsões da febre guerreira, os operários autênticos dos subúrbios lançaram-se também às ruas em manifestações públicas de paz, tão grandiosas que Pietri, o chefe de polícia, considerou prudente pôr termo imediatamente a toda política de rua, alegando que o leal povo de Paris havia manifestado já suficientemente o seu enorme patriotismo e o seu exuberante entusiasmo pela guerra.

Qualquer que seja o desenvolvimento da guerra de Luís Bonaparte com a Prússia, dobraram já em Paris os sinos pelo Segundo Império. Acabará como começou: com uma paródia. Mas não esqueçamos que foram as classes dominantes da Europa que permitiram a Luís Bonaparte representar durante dezoito anos a farsa cruel do Império restaurado.

Por parte da Alemanha, a guerra é uma guerra defensiva, porém quem colocou a Alemanha no transe de ter que defender-se? Quem permitiu a Luís Bonaparte desencadear a guerra contra ela? A Prússia! Foi Bismarck quem conspirou com o mesmíssimo Luís Bonaparte,

com o fim de esmagar a oposição popular dentro de seu país e anexar a Alemanha à dinastia dos Hohenzollern. Se a batalha de Sadowa⁽¹¹⁾ fosse perdida em vez de ganha, os batalhões franceses teriam invadido a Alemanha como aliados da Prússia. Após a sua vitória, pensou a Prússia um só momento em opor uma Alemanha livre a uma França escravizada? Totalmente ao contrário. Sem deixar de conservar cuidadosamente todos os encantos congênitos de seu antigo sistema, acrescentava-lhe todas as manhas do Segundo Império, seu despotismo verdadeiro e seu democratismo fingido, suas feitiçarias políticas e suas agiotagens, sua linguagem enfática e seus vulgares passes de mágica. O regime bonapartista, que até então só havia florescido em uma margem do Reno, encontrou agora a sua réplica na outra margem. De um tal estado de coisas que podia resultar senão a guerra?

Se a classe operária alemã permite que a guerra atual perca o seu caráter estritamente defensivo e degenere numa guerra contra o povo francês, o triunfo ou a derrota será sempre um desastre. Todas as misérias que se abateram sobre a Alemanha após a sua guerra de independência renascerão com redobrada intensidade.

Contudo, os princípios da Internacional acham-se muito amplamente difundidos e muito

firmemente arraigados no seio da classe operária alemã para que se tema tão lamentável desenlace. As vozes dos operários franceses encontraram eco na Alemanha. Uma assembléia operária de massas realizada em Brunswick, a 16 de julho, expressou sua absoluta solidariedade com o manifesto de Paris, rechaçou com desprezo toda idéia de antagonismo nacional em relação à França e terminou suas resoluções com estas palavras: “Somos inimigos de todas as guerras, mas sobretudo das guerras dinásticas. Com profundo pesar e grande dor, vemo-nos obrigados a suportar uma guerra defensiva como um mal inevitável; mas, ao mesmo tempo, concitamos toda a classe operária alemã a tornar impossível a repetição de uma desgraça social tão grande, reivindicando para os próprios povos o poder de decidir sobre a paz e a guerra e convertendo-os em donos de seus próprios destinos.”

Em Chemnitz, uma assembléia de delegados, representando 50 mil operários, adotou por unanimidade a seguinte resolução: “Em nome da democracia alemã e especialmente dos operários do Partido Social-Democrata, declaramos que a guerra atual é uma guerra exclusivamente dinástica... Congratulamo-nos em estreitar a mão fraternal que nos estendem os operários da França — Fiéis à palavra de ordem da Associação Internacional dos Trabalhadores — Proletários de todos os países, uni-vos! — jamais esqueceremos

que os operários de todos os países são nossos amigos e os déspotas de todos os países nossos inimigos.”

A seção berlinense da Internacional respondeu também ao manifesto de Paris: “Aderimos de corpo e alma ao vosso protesto... Prometemos solenemente que nem o toque do clarim nem o retumbar do canhão, nem a vitória nem a derrota, nos desviarão de nossa causa comum, que é trabalhar pela união de todos os operários de todos os países.”

Que assim seja!

No fundo dessa luta suicida aparece a figura sinistra da Rússia. É um mau presságio que o sinal para o desencadeamento dessa guerra tenha sido dado quando o governo moscovita terminava a construção de suas linhas estratégicas de ferrovias e já estava concentrando tropas na direção de Pruth. Por mais simpatias que os alemães possam justamente reclamar numa guerra defensiva contra a agressão bonapartista, eles a perderão imediatamente se permitirem que o governo prussiano peça ou aceite a ajuda dos cossacos. Lembrem-se eles de que após a sua guerra de independência contra o primeiro Napoleão, a Alemanha permaneceu prostrada durante várias gerações aos pés do czar.

A classe operária inglesa estende sua mão fraternal aos operários da França e da Alemanha. Está firmemente convencida de que qualquer que seja o rumo que tome a terrível guerra iminente, a aliança dos operários de todos os países acabará pondo fim às guerras. O simples fato de, enquanto a França e a Alemanha oficiais se lançam a uma luta fratricida, se trocarem entre os operários desses países mensagens de paz e de amizade; esse fato grandioso, sem precedentes na história, abre a perspectiva de um futuro mais luminoso. Demonstra que, frente à velha sociedade, com suas misérias econômicas e seu delírio político, está surgindo uma sociedade nova, cujo princípio de política internacional será a paz, porque o governante nacional será o mesmo em todos os países: o trabalho. O pioneiro dessa sociedade nova é a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Londres, 23 de julho de 1870.

Escrito por K. Marx e aprovado na sessão realizada em 23 de julho de 1870 pelo Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Publicada na mesma época, em forma de volante, em inglês, alemão e francês. Publica-se segundo a edição soviética de 1951, de acordo com o texto do volante. Traduzido do espanhol, em confronto com a tradução francesa (Éditions Sociales) de

1946.

Segundo manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana

A todos os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos

Dizíamos em nosso primeiro manifesto: “Dobraram já em Paris os sinos pelo Segundo Império. Acabará como começou: com uma paródia. Mas não esqueçamos que foram as classes dominantes da Europa que permitiram a Luís Bonaparte representar durante dezoito anos a farsa cruel do Império restaurado.”

Como se vê, mesmo antes de se iniciarem as hostilidades, considerávamos a velhacaria bonapartista como uma coisa do passado.

E se não nos enganávamos quanto à vitalidade do Segundo Império, tampouco nos faltava razão ao temer que a guerra alemã perdesse o seu caráter estritamente defensivo e degenerasse numa guerra contra o povo francês. Em realidade, a guerra defensiva terminou com a rendição de Luís Bonaparte, a capitulação de Sedan e a proclamação da República em Paris⁽¹²⁾.

Muito antes, porém, de se produzirem esses acontecimentos, no momento mesmo em que se tornou evidente a profunda decomposição dos exércitos bonapartistas, a camarilha militar prussiana optou pela guerra de conquista. Levantava-se em seu caminho um obstáculo desagradável: as próprias proclamações feitas pelo rei Guilherme ao iniciar-se a guerra. Em sua fala do trono diante da Dieta da Alemanha do Norte, o rei havia declarado solenemente que fazia a guerra contra o imperador da França e não contra o povo francês. E a 11 de agosto dirigiu à nação francesa um manifesto no qual figuravam estas palavras: “Tendo o imperador Napoleão atacado, por terra e por mar, a nação alemã, que deseja e continua a desejar viver em paz com o povo francês, assumi o comando dos exércitos alemães para repelir essa agressão e me vi obrigado, em face dos acontecimentos militares, a cruzar as fronteiras da França.” Não satisfeito em afirmar o caráter defensivo da guerra, declarando que assumia o comando dos exércitos somente “para repelir a agressão”, acrescentava que unicamente os “acontecimentos militares” o haviam “obrigado” a cruzar as fronteiras da França. E é indiscutível que uma guerra defensiva não exclui a possibilidade de empreender operações ofensivas, quando os “acontecimentos militares” o imponham. Como se vê, o piedoso monarca se comprometera, em face

da França e de todo o mundo, a manter uma guerra estritamente defensiva. Como eximi-lo desse compromisso solene? Os diretores de cena tinham que apresentá-lo como se estivesse curvando-se a indeclináveis exigências da nação alemã. Imediatamente, deram a palavra de ordem à burguesia liberal alemã, com seus professores, seus capitalistas, seus jornalistas e seus conselheiros municipais. Essa burguesia que, em suas lutas pela liberdade civil, de 1846 a 1870, dera ao mundo um espetáculo inigualado de indecisão, incapacidade e covardia, entusiasmou-se naturalmente em face da idéia de surgir na cena européia como o leão rugindo de patriotismo germânico. Reivindicou sua independência civil, fingindo obrigar o governo prussiano a aceitar o que eram, em realidade, os desígnios secretos desse mesmo governo. Expiava agora a sua fé perseverante e quase religiosa na infalibilidade de Luís Bonaparte, clamando pelo desmembramento da República Francesa. Ouçamos por um momento os singulares argumentos desses bravos patriotas!

Não se atrevem a afirmar que a população da Alsácia e da Lorena suspire pelo abraço alemão. Precisamente ao contrário. Para punir seu patriotismo francês, uma cidade como Estrasburgo, apesar de dominada por uma cidadela independente, foi bombardeada de modo bárbaro e desnecessariamente, durante seis dias,

com granadas explosivas “alemãs”, que a incendiaram matando um grande número de habitantes indefesos. Sim, o solo dessas províncias pertenceu, em épocas remotas, ao antigo Império germânico. Eis porque esse solo e as pessoas que nele cresceram, devem ser confiscados, segundo eles, como propriedade imprescritível da Alemanha. Se se trata de refazer o mapa da Europa com a mentalidade de um antiquário, não esqueçamos de modo algum que o Eleitor de Brandeburgo era, no que se refere aos seus domínios prussianos, um vassalo da República polonesa.

Todavia, os patriotas mais astutos reclamam a Alsácia e a parte da Lorena que fala alemão, como uma “garantia material” contra as agressões francesas. Como esse ignóbil pretexto vem desorientando muita gente de espírito fraco, somos obrigados a considerá-lo mais detalhadamente.

Não há dúvida de que a configuração geral da Alsácia em comparação com a margem esquerda do Reno e a existência de uma grande cidade fortificada como Estrasburgo quase na metade do caminho entre Basilea e Germersheim, favorecem enormemente uma invasão da França pelo sul da Alemanha. Tampouco é duvidoso que a anexação da Alsácia e da Lorena de língua alemã daria à Alemanha uma fronteira muito mais forte, posto

que poria em suas mãos a crista das montanhas dos Vosges em toda sua extensão e as fortificações que protegem seus desfiladeiros setentrionais. E se a anexação se estendesse a Metz, a França ficaria indiscutivelmente privada, no momento, de suas duas principais bases de operações contra a Alemanha, o que entretanto não lhe impediria de construir uma nova em Nancy ou Verdun. Uma vez que a Alemanha possui Coblença, Mogúncia, Germersheim, Tástadt e Ulm, todas as bases de operações contra a França, plenamente utilizadas nesta guerra, com que vestígios de justiça pode a Alemanha privar a França de Estrasburgo e Metz, as duas únicas fortalezas de relativa importância que tem nesse lado? Ademais, Estrasburgo é um perigo apenas para a Alemanha do Sul enquanto esta for uma potência separada da Alemanha do Norte. De 1792 a 1795, o sul da Alemanha não se viu nunca invadido por esse lado pelo fato de a Prússia participar na guerra contra a Revolução Francesa; mas logo que a Prússia, em 1795, concluiu uma paz em separado, deixando o Sul entregue ao próprio destino, começaram, prosseguindo até 1809, as invasões do sul da Alemanha, tendo Estrasburgo como base. É indubitável que uma Alemanha unificada poderá sempre neutralizar o perigo de Estrasburgo e de qualquer exército francês na Alsácia concentrando todas as suas tropas, como se fez

nesta guerra — entre Saarlou e Landau, e avançando ou aceitando a batalha na rota que vai de Moguncia a Metz. Com o núcleo principal das tropas alemães estacionado aqui, qualquer exército francês que avançasse de Estrasburgo para o sul da Alemanha seria atacado de flanco e se veria em perigo de encontrar-se com as comunicações cortadas. Se alguma coisa foi demonstrada na atual campanha é precisamente a facilidade de invasão da França pela Alemanha.

Mas, falando-se honradamente, não é ao mesmo tempo um absurdo e um anacronismo adotar as razões militares como o princípio que deve presidir o estabelecimento das fronteiras entre as nações? Se prevalecesse tal norma, a Áustria ainda teria direito de pedir Veneza e a linha do Mincio, e a França poderia reclamar a linha do Reno para proteger Paris, que está sem dúvida mais exposta a um ataque pelo nordeste, do que Berlim a um ataque pelo sudoeste. Se as fronteiras devem ser fixadas segundo os interesses militares, as reclamações não terão fim, pois toda linha militar é necessariamente defeituosa, podendo ser melhorada com a anexação de novos territórios vizinhos. Ademais, essas linhas não podem ser jamais fixadas em definitivo e de modo justo, pois são sempre uma imposição do vencedor ao vencido, e em consequência são sempre o germe de novas guerras.

Essa é a lição de toda a história. Verifica-se tanto com as nações, como com os indivíduos. Para retirar os seus meios de ataque é necessário privá-los também dos meios de defesa. Não basta garrotear, é preciso assassinar. Se houve alguma vez um conquistador que obtivesse “garantias materiais” para inutilizar uma nação, foi Napoleão I com o tratado de Tilsit⁽¹³⁾ e o modo como o aplicou contra a Prússia e o resto da Alemanha. E, não obstante, poucos anos depois o seu poder gigantesco cala por terra, como um fruto podre, diante do povo alemão. Que significam as “garantias materiais” que a Prússia, em seus sonhos mais fantásticos, possa ou se atreva a impor à França, comparadas com as que lhe foram arrancadas por Napoleão I? O resultado não será menos desastroso. E a história não dosará o seu castigo pelo número de milhas quadradas arrebatadas à França, mas pela magnitude do crime de fazer reviver, na segunda metade do século XIX, a política de conquistas.

Mas, dizem os porta-vozes do patriotismo teutônico, não se deve confundir os alemães com os franceses. O que nós queremos não é glória, mas segurança. Os alemães são um povo essencialmente pacífico. Sob sua prudente tutela, as próprias conquistas deixam de ser um fator de guerras futuras para converter-se num penhor de paz perpétua. Incontestavelmente, não foram os alemães que invadiram a França em 1792, com o

sublime objetivo de acabar a baionetas com a revolução do século XVIII. Não foram os alemães que mancharam as suas mãos com a escravidão da Itália, a opressão da Hungria e o desmembramento da Polônia. Seu atual sistema militar, que divide toda a população masculina adulta em duas partes — um exército permanente na ativa e um exército permanente em reserva, ambos sujeitos igualmente à obediência passiva a seus chefes divinos — é, evidentemente, um “garantia material” para a salvaguarda da paz, sendo, ademais, o objetivo supremo das tendências civilizadoras... Na Alemanha, como em toda parte, os adúladores dos que estão no poder envenenam a opinião pública com o incenso de louvações mentirosas.

Esses patriotas alemães, que fingem indignar-se em face das fortificações francesas de Metz e Estrasburgo, não vêem nenhum mal na vasta rede de fortificações moscovitas de Varsóvia, Modlin e Ivángorod. Arregalam os olhos diante dos horrores de uma invasão bonapartista, mas os cerram diante da ignomínia de uma tutela da autocracia czarista.

Assim como em 1865 houve uma troca de promessas entre Luís Bonaparte e Bismarck, em 1870 houve outra troca de promessas entre Bismarck e Gorchakov. Do mesmo modo que Luís Bonaparte se iludia pensando que a guerra de

1866, levando ao mútuo esgotamento da Áustria e da Prússia. se converteria no árbitro supremo da Alemanha, assim também Alexandre se enganava imaginando que a guerra de 1870, ao produzir o esgotamento mútuo da Alemanha e da França, se erigiria no árbitro supremo do continente ocidental. E assim como o Segundo Império reputava incompatível com a sua existência a Confederação Alemã do Norte, a Rússia autocrática deve-se considerar em perigo pelo fato de existir um Império alemão sob a hegemonia da Prússia. Tal é a lei do velho sistema político. Dentro desse sistema, o que é uma vantagem para um Estado representa uma perda para outro. A influência preponderante do czar na Europa tem raízes em sua tradicional influência sobre a Alemanha. E num momento em que, dentro da própria Rússia, forças sociais vulcânicas ameaçam sacudir os fundamentos mesmos da autocracia, poderá o czar permitir semelhante quebra de prestígio no estrangeiro? Já a imprensa de Moscou fala na mesma linguagem que era usada pelos jornais bonapartistas depois da guerra de 1866. Por acaso os patriotas teutões crêem realmente que o melhor modo de garantir a liberdade e a paz na Alemanha é obrigar a França a lançar-se nos braços da Rússia? Se a sorte das armas, a arrogância da vitória e as intrigas dinásticas levam a Alemanha a uma espoliação do território

francês, diante dela só se abrirão dois caminhos: ou converter-se a todo custo num instrumento aberto da expansão russa, ou, após breve trégua, preparar-se para outra guerra “defensiva”, não uma dessas guerras “localizadas” de novo estilo, mas uma guerra de raças, uma guerra contra as raças latinas e eslavas coligadas.

A classe operária alemã apoiou resolutamente a guerra, que não estava em seu poder impedir, como uma guerra pela independência da Alemanha e para libertar a França e a Europa do foco pestilento do Segundo Império. Foram os operários alemães que, unidos aos trabalhadores do campo, deram nervos e músculos às heróicas forças armadas, deixando na retaguarda suas famílias semimortas de fome. Dizimados pelas batalhas no estrangeiro, serão mais uma vez dizimados pela miséria em seus lares. Por seu turno, eles reclamam agora “garantias” — garantias de que seus imensos sacrifícios não foram vãos, de que conquistaram a liberdade, de que sua vitória sobre os exércitos imperiais não se converterá, como em 1815, na derrota do povo alemão; e como primeira dessas garantias, reclamam uma paz honrosa para a França e o reconhecimento da República Francesa.

O Comitê Central do Partido Operário Social-Democrata da Alemanha publicou a 5 de setembro um manifesto insistindo energicamente

sobre essas garantias. “Protestamos — diz o manifesto — contra a anexação da Alsácia e da Lorena. Temos a consciência de falar em nome da classe operária da Alemanha. No interesse comum da França e da Alemanha, no interesse da paz e da liberdade, no interesse da civilização ocidental frente à barbárie oriental, os operários alemães não tolerarão pacientemente a anexação da Alsácia e da Lorena... Estaremos fielmente ao lado de nossos camaradas operários de todos os países pela causa comum internacional do proletariado!”

Desgraçadamente, não é possível haver a certeza de que terão êxito imediato. Se em tempo de paz os operários franceses não puderam deter o braço do agressor, como irão os operários alemães deter o braço do vencedor em meio ao estrépito das armas? O manifesto dos operários alemães reclama a extradição de Luís Bonaparte como um delinqüente comum e sua entrega à República Francesa. Mas os seus governantes estão já fazendo tudo quanto podem para instalá-lo de novo nas Tulherias, como o homem mais indicado para arruinar a França. Aconteça o que acontecer, a história nos ensinará que a classe operária alemã não é feita da mesma pasta maleável que a burguesia desse país. Os operários da Alemanha cumprirão o seu dever.

Como eles, saudamos o advento da República na França, mas ao mesmo tempo nos atormentam dúvidas que, esperamos, sejam infundadas. Essa República não derrubou o trono, mas simplesmente ocupa o seu lugar, tornado vago. Foi proclamada, não como uma conquista social, mas como uma medida de defesa nacional. Acha-se em mãos de um governo provisório composto em parte por notórios orleanistas e, em parte, por republicanos burgueses, em alguns dos quais a insurreição de junho de 1848 deixou o seu estigma indelével. A divisão de funções entre os membros desse governo nada augura de bom. Os orleanistas apoderaram-se dos baluartes do exército e da polícia, deixando aos que se proclamam republicanos os departamentos puramente retóricos. Alguns de seus primeiros atos mostram que eles não herdaram do Império apenas as ruínas, mas também o medo à classe operária. E se hoje, em nome da República e com uma fraseologia desenfreada, prometem-se coisas impossíveis, não será porventura para preparar o clamor que exija um governo “possível”? Não será que a República se destina, na mente de alguns de seus empresários burgueses, a servir de simples peltinho da monarquia e de ponte para uma restauração orleanista?

Como vemos, a classe operária da França tem que fazer face a circunstâncias extremamente

difíceis. Qualquer tentativa de derrubar o novo governo, na crise atual, quando o inimigo bate quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem cumprir o seu dever de cidadãos; mas, ao mesmo tempo, não devem deixar-se levar pelas recordações nacionais de 1792⁽¹⁴⁾, como os camponeses franceses se deixaram enganar pelas recordações nacionais do Primeiro Império⁽¹⁵⁾. Sua missão não é repetir o passado, mas construir o futuro. Que aproveitem serena e resolutamente as oportunidades que lhes oferece a liberdade republicana para trabalhar na organização de sua própria classe. Isso lhes infundirá novas forças hercúleas para a regeneração da França e para nossa obra comum: a emancipação do trabalho. De sua energia e de sua prudência depende a sorte da República.

Os operários ingleses já deram passos no sentido de vencer, mediante uma salutar pressão de fora, a repugnância de seu governo em reconhecer a República Francesa⁽¹⁶⁾. Com a sua atual tática dilatória, o governo inglês pretende, provavelmente, expiar o pecado da guerra antijacobina de 1792 e a precipitação indecorosa com que sancionou o golpe de Estado bonapartista. Os operários ingleses exigem de seu governo, além disso, que se oponha com todas as suas forças ao desmembramento da França, que uma parte da imprensa inglesa é suficientemente

cínica para pedir aos brados. É a mesma imprensa que, durante vinte anos, endeusava Luís Bonaparte como a salvação da Europa e apoiava freneticamente a rebelião dos escravistas norte-americanos⁽¹⁷⁾. Agora, como então, trabalha sem descanso para os negreiros.

Que as seções da Associação Internacional dos Trabalhadores de cada país conclamem a classe operária à ação. Se os operários esquecerem o seu dever, se permanecerem passivos, a terrível guerra atual não será senão a precursora de novas lutas internacionais ainda mais espantosas e conduzirá em cada país a novas derrotas dos operários pelos senhores da espada, da terra e do capital.

Viva a República!

Escrito por K. Marx e aprovado na sessão realizada em 9 de setembro de 1870 pelo Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Publicado na mesma época, como volante, em inglês, alemão e francês. Publica-se de acordo com a edição soviética de 1951, segundo o texto do volante. Traduzido do espanhol, em confronto com a edição francesa (*Éditions Sociales*) de 1948.

Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional tios Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871

A todos os membros da Associação na
Europa e nos Estados Unidos

I

A 4 de setembro de 1870, quando os operários de Paris proclamaram a República, quase instantaneamente aclamada de um extremo a outro da França, sem uma só voz discordante, uma quadrilha de advogados arrivistas, com Thiers como estadista e Trochu como general, apoderou-se do Hôtel de Ville. Achavam-se então imbuídos de uma fé tão fanática na missão de Paris de representar a França em todas as épocas de crises históricas que, para legitimar seus títulos usurpados de governantes da França, consideravam suficiente exibir seus mandatos já prescritos de deputados por Paris. Em nosso segundo manifesto sobre a recente guerra, cinco dias depois da elevação desses homens, já vos dizíamos quem eram eles. Entretanto, no torvelinho da surpresa, com os verdadeiros chefes da classe operária ainda

encerrados nas prisões bonapartistas e os prussianos avançando a toda marcha sobre Paris, a capital permitiu que assumissem o Poder sob a condição expressa de que seu único objetivo seria a defesa nacional. Paris, contudo, não podia ser defendida sem armar sua classe operária, organizando-a como uma força efetiva e adestrando seus homens na própria guerra. Mas Paris em armas é a revolução em armas. O triunfo de Paris sobre o agressor prussiano teria sido o triunfo do operário francês sobre o capitalista francês e seus parasitas dentro do Estado. Nesse conflito entre o dever nacional e o interesse de classe, o governo da defesa nacional não vacilou um instante em converter-se num governo de traição nacional.

Sua primeira medida consistiu em enviar Thiers a percorrer todas as cortes da Europa a fim de implorar mediação, oferecendo a troca da República por um rei. Quatro meses após iniciar-se o assédio da capital, quando se acreditou chegado o momento oportuno para começar a falar em capitulação, Trochu, na presença de Jules Favre e de alguns colegas de ministério, falou nos seguintes termos aos alcaides de Paris reunidos:

“A primeira questão que me foi formulada por meus colegas, na própria noite de 4 de setembro, foi esta: Pode Paris resistir com alguma

probabilidade de êxito a um assédio das tropas prussianas? Não vacilei em responder negativamente. Alguns de meus colegas, aqui presentes, puderam comprovar a verdade do que disse e a firmeza de minha opinião. Afirmei-lhes, nesses mesmos termos, que, com o atual estado de coisas, seria uma loucura enfrentar um assédio do exército prussiano. Sem dúvida, acrescentava, seria uma loucura heróica, mas nada além disso Os fatos (conduzidos por ele mesmo) não desmentiram minhas previsões”.

Esse precioso e breve discurso de Trochu foi publicado mais tarde por M. Corbon, um dos alcaides presentes.

Assim, na mesma noite da proclamação da República, os colegas de Trochu já sabiam que o seu “plano” era a capitulação de Paris. Se a defesa nacional tivesse sido algo mais que um pretexto para o governo pessoal de Thiers, Favre & Cia., os adventícios de 4 de setembro teriam abdicado no dia 5, teriam informado o povo de Paris sobre o “plano” de Trochu e o teriam convidado a render-se logo, ou a tomar seu destino em suas próprias mãos. Ao invés disso, aqueles infames impostores optaram por curar a loucura heróica de Paris com um tratamento de fome e de cacete e de enganá-la, enquanto isso, com manifestos grandiloqüentes, nos quais se dizia, por exemplo, que Trochu, “o governador de

Paris, jamais capitularia” e que Jules Favre, ministro dos Negócios Exteriores, “não cederia nem uma polegada de nosso território nem uma pedra de nossas fortalezas.” Numa carta a Gambetta, esse mesmo Jules Favre confessa que se “defendiam” não contra os soldados prussianos, mas contra os operários de Paris. Durante todo o sítio os degoladores bonapartistas a quem Trochu, muito sagazmente, havia confiado o comando do exército de Paris, não cessavam de fazer cínicas pilhérias, em suas cartas íntimas, sobre a evidente farsa da defesa. (Veja-se, por exemplo, a correspondência de Alphonse Simon-Guiod, comandante supremo da artilharia de exército de Paris e Grã-Cruz da Legião de Honra, com Susane, general da divisão de artilharia, correspondência publicada no *Journal Officiel* da Comuna⁽¹⁸⁾) Por fim, a 28 de janeiro de 1871, os impostores arriaram a máscara. Com o verdadeiro heroísmo da extrema abjeção, o governo da defesa nacional, ao capitular, converteu-se no governo da França integrado por prisioneiros de Bismarck — papel tão torpe que o próprio Luís Bonaparte, em Sedan, recusou horrorizado. Após os acontecimentos de 18 de março, em sua precipitada fuga para Versalhes, os “capitulards”⁽¹⁹⁾ deixaram nas mãos de Paris as provas documentais de sua traição, e para destruí-las, como disse a Comuna em sua

proclamação às províncias, “aqueles homens não vacilariam em converter Paris num montão de escombros banhado por um mar de sangue”.

Ademais, alguns dos dirigentes do governo da defesa tinham razões pessoais especialíssimas para buscar ardentemente semelhantes desenlace.

Pouco depois da conclusão do armistício, M. Milliére, um dos deputados por Paris na Assembléia Nacional, fuzilado mais tarde por ordem expressa de Jules Favre, publicou uma série de documentos judiciais autênticos demonstrando que Favre, que vivia em concubinato com a mulher de um bêbado residente em Argel, conseguira, por meio das mais despudoradas falsificações cometidas ao longo de muitos anos, abocanhar em nome dos filhos de seu adultério uma enorme herança, com o que se tornou um homem rico, só podendo salvar-se do escândalo, no processo suscitado pelos legítimos herdeiros, graças à conivência dos tribunais bonapartistas. Como não podia desembaraçar-se desses esmagadores documentos judiciais, Jules Favre, pela primeira vez em sua vida, ficou com a língua presa, aguardando em silêncio que estalasse a guerra civil para então, freneticamente, denunciar o povo de Paris como um bando de criminosos evadidos do presídio e amotinados abertamente contra a

família, a religião, a ordem e a propriedade. E esse mesmo falsário, imediatamente após o 4 de setembro, mal chegava ao Poder punha em liberdade, por simpatia, Pie e Taillefer, condenados por roubo, mesmo sob o Império, no escandaloso processo do jornal *Etendard*. Um desses cavalheiros, Taillefer, que teve a ousadia de voltar a Paris sob a Comuna, foi imediatamente recambiado para a prisão. E então Jules Favre, da tribuna da Assembléia Nacional, exclamou que Paris estava pondo em liberdade todos os presidiários.

Ernest Picard, o Joe Miller⁽²⁰⁾ do governo da defesa nacional, que se nomeou a si mesmo ministro da Fazenda da República, depois de ter-se esforçado em vão para ser ministro do Interior do Império, é irmão de um tal Arthur Picard, indivíduo expulso da Bolsa de Paris como trapaceiro (veja-se o relatório da prefeitura de polícia, de 13 de julho de 1867) e convicto, por sua própria confissão, de um roubo de 300 mil francos, quando era gerente de uma das sucursais da Société Générale, rua Palestro no.5 (veja-se o relatório da prefeitura de polícia de 11 de dezembro de 1868). Esse Arthur Picard foi nomeado por Ernest Picard diretor do seu jornal *l'Electeur Libre*. Enquanto os especuladores vulgares eram despistados pelas mentiras oficiais dessa folha financeira ministerial, Arthur Picard vivia num ir e vir constante da Fazenda para a

Bolsa, especulando nesta com os desastres do exército francês. Toda a correspondência financeira trocada por essa dupla de digníssimos irmãos caiu nas mãos da Comuna.

Jules Ferry, que antes de 4 de setembro era um advogado sem causas, conseguiu, como alcaide de Paris durante o sítio, fazer fortuna amealhada à custa da fome dos demais. O dia em que tiver de prestar contas de suas malversações será também o dia de sua vergonha.

Como se vê, esses homens só podiam encontrar *tickets-of-leave*⁽²¹⁾ entre as ruínas de Paris. Era precisamente de homens assim que Bismarck precisava. Houve um baralhar de cartas e Thiers, até então inspirador secreto do governo, apareceu agora como seu presidente, tendo como ministros *ticket-of-leave-men*.

Thiers, esse anão monstruoso, manteve sob seu fascínio, durante quase meio século, a burguesia francesa, por ser a expressão intelectual mais acabada de sua própria corrupção como classe. Já antes de fazer-se estadista havia revelado o seu talento para a mentira como historiador. A crônica de sua vida pública é a história das desgraças da França. Unido aos republicanos antes de 1839, insinuou-se no ministério sob Luís Felipe, traindo Laffitte, seu protetor. Credenciou-se ante o rei à força de

provocar motins do populacho contra o clero — durante os quais foram saqueados a igreja de Saint Germain l'Auxerrois e o palácio do arcebispo — e atuando, como fez contra a duquesa de Berry, ao mesmo tempo como espião ministerial e parteiro de cárcere. A matança de republicanos na rua Transnonain e as leis infames de setembro contra a imprensa e o direito de associação, que a seguiram, foram obra sua. Ao reaparecer como chefe do governo em março de 1840, assombrou a França com o seu plano de fortificar Paris. Aos republicanos, que acusaram esse plano como um *complot* sinistro contra a liberdade de Paris, respondeu da tribuna da Câmara dos Deputados:

“Como! Supondes que possa haver fortificações que sejam uma ameaça contra a liberdade? Em primeiro lugar, é caluniar qualquer governo, seja qual for, atribuindo-lhe a crença de poder manter-se no Poder bombardeando a capital... Semelhante governo seria, depois de sua vitória, cem vezes mais impossível do que antes.” Em realidade, nenhum governo teria jamais ousado bombardear Paris de seus fortes senão o próprio governo que antes entregara esses mesmos fortes aos prussianos.

Quando o rei Bomba⁽²²⁾, em janeiro de 1848, lançou-se contra Palermo, Thiers, que se achava há muito tempo sem pasta, surgiu de novo na

Câmara dos Deputados: “Todos vós sabeis, senhores deputados, o que está se passando em Palermo. Todos vós vos comoveis de horror [no sentido parlamentar da palavra] ao ouvir que uma grande cidade foi bombardeada durante 48 horas. E por quem? Porventura, por um inimigo estrangeiro, que põe em prática as leis da guerra? Não, senhores deputados, por seu próprio governo. E por quê? Porque essa infortunada cidade exigia seus direitos. E por exigir seus direitos, sofreu 48 horas de bombardeio... Permiti-me apelar para a opinião pública da Europa. Levantar-se aqui e fazer ressoar, desta tribuna que é talvez a mais alta da Europa, algumas palavras [palavras, com efeito] de indignação contra tais atos, é prestar um serviço à humanidade... Quando o regente Espartero, que havia prestado serviços a seu país (o que Thiers jamais fez), tentou bombardear Barcelona para sufocar sua insurreição, de todas as partes do mundo se ergueu um clamor geral de indignação.”

Dezoito meses mais tarde, M. Thiers se incluía entre os mais furibundos defensores do bombardeio de Roma por um exército francês⁽²³⁾. O erro do rei Bomba deve ter consistido, ao que parece, em não ter feito durar o bombardeio senão 48 horas.

Poucos dias antes da Revolução de Fevereiro, irritado pelo longo afastamento de cargos e de lucros a que lhe havia condenado Guizot, e percebendo no ar a iminência de uma comoção popular, Thiers, naquele estilo pseudo-heróico que lhe valeu o apelido de “Mirabeau-mouche”⁽²⁴⁾, declarava ante o Parlamento: “Pertença ao partido da revolução, não só na França, mas na Europa. Desejaria que o governo da revolução não saísse das mãos dos moderados.., mas mesmo que o governo caia nas mãos de espíritos exaltados, inclusive nas dos radicais, nem por isso abandonarei a minha causa. Pertencerei sempre ao partido da revolução.” Veio a Revolução de Fevereiro. Mas, em vez de afastar o ministério Guizot para pôr em seu lugar um ministério Thiers, como este homenzinho havia sonhado, a revolução substituiu Luís Felipe pela República. Durante os primeiros dias da vitória popular, manteve-se cuidadosamente oculto, sem dar-se conta de que o desprezo dos operários protegia-o de seu ódio. Entretanto, com sua proverbial coragem, permaneceu afastado da cena pública, até que as matanças de junho⁽²⁵⁾ deixaram o caminho aberto para o seu tipo de atividade. Então, Thiers converteu-se no espírito inspirador do “partido da ordem” e de sua República parlamentar, esse interregno anônimo durante o qual todas as frações rivais da classe dominante conspiravam juntas para esmagar o povo e umas

contra as outras no empenho de restaurar cada qual sua própria monarquia. Então, como agora, Thiers denunciou os republicanos como o único obstáculo para a consolidação da República; então, como agora, falou aos republicanos como o verdugo a D. Carlos: “Tenho que assassinar-te, mas é para o teu bem.” Agora, como então, terá que exclamar no dia seguinte ao seu triunfo: “L’Empire est fait”, o Império está feito. A despeito de suas prédicas hipócritas sobre as liberdades necessárias e de seu rancor pessoal contra Luís Bonaparte, que se serviu dele como instrumento, dando uma patada no Parlamento (fora de cuja atmosfera artificial o nosso homenzinho fica, como ele mesmo sabe, reduzido a nada), encontramos a sua mão em todas as infâmias do Segundo Império: desde a ocupação de Roma pelas tropas francesas até a guerra contra a Prússia, que ele provocou investindo ferozmente contra a unidade alemã, não por considerá-la um disfarce do despotismo, mas como uma usurpação contra o direito conferido à França de manter a Alemanha desunida. Acostumado a brandir à face da Europa, com seus braços anãos, a espada do primeiro Napoleão, de quem veio a ser o limpa-botas histórico, sua política externa culminou sempre nas maiores humilhações da França, desde o tratado de Londres de 1841 até a capitulação de Paris em 1871 e a atual guerra civil, na qual lança contra

Paris, com a especial autorização de Bismarck, os prisioneiros de Sedan e Metz. Apesar da versatilidade de seu talento e da variabilidade de seus propósitos, esse homem esteve toda a vida preso à rotina mais fossilizada. Compreende-se que as correntes subterrâneas mais profundas da sociedade moderna permanecessem sempre ignoradas para ele; mas até as transformações mais palpáveis operadas na superfície repugnavam àquele cérebro, cuja energia se concentrara toda na língua. Por isso não se cansava nunca de denunciar como um sacrilégio qualquer desvio do velho sistema protecionista francês. Sendo ministro de Luís Felipe, mofava das estradas de ferro como de uma quimera; e da oposição, sob Luís Bonaparte, estigmatizava como uma profanação qualquer tentativa de reformar o velho sistema militar da França. Jamais, em sua longa carreira política, foi responsável por uma única medida, por mínima que fosse, de utilidade prática. Thiers só era conseqüente em sua cobiça de riqueza e em seu ódio contra os homens que a produzem. Conseguiu o seu primeiro ministério, sob Luís Felipe, mais pobre do que um rato e o deixou milionário. Seu último ministério, sob o mesmo rei (o de 1º de março de 1840) lhe acarretou, na Câmara dos Deputados, uma acusação pública de malversação à qual se limitou a replicar com lágrimas, mercadoria que maneja com tanta prodigalidade como Jules

Favre ou outro crocodilo qualquer. Em Bordéus, sua primeira medida para salvar a França da catástrofe financeira que a ameaçava foi destinar-se a si próprio um soldo de 3 milhões por ano, primeira e última palavra daquela “República econômica”, cujas perspectivas havia pintado aos seus eleitores de Paris em 1869. M. Beslay, um dos seus antigos colegas do Parlamento de 1830 que, apesar de ser um capitalista, foi um membro abnegado da Comuna de Paris, disse ultimamente sobre Thiers, num cartaz público: “A escravização do trabalho pelo capital foi sempre a pedra angular de sua política e, desde o dia em que viu a República do Trabalho instalada no Hôtel de Ville, não cessou um momento de gritar à França: Estes são uns criminosos!” Mestre em pequenas manobras governamentais, virtuoso do perjúrio e da traição, artesão experimentado em todos esses mesquinhos estratagemas, manobras abertas e baixas perfídias da guerra parlamentar de partidos; sempre sem escrúpulos para atizar uma revolução quando não está no Poder e para afogá-la em sangue quando empunha o leme do governo; cheio de preconceitos de classe em lugar de idéias, e vaidade em lugar de coração; com uma vida privada tão infame como odiosa é sua vida pública, inclusive hoje, em que representa o papel de um Sila francês, não pode senão ressaltar o abominável de seus atos com o ridículo de sua jactância.

A capitulação de Paris, entregando à Prússia não só Paris, mas toda a França, veio encerrar a longa série de intrigas e traições com o inimigo que os usurpadores do 4 de setembro haviam começado naquele mesmo dia, segundo diz o próprio Trochu. De outro lado, essa capitulação deu início à guerra civil, que agora tinham que fazer com a ajuda da Prússia, contra a República e contra Paris. Já nos próprios termos da capitulação se continham a armadilha. Naquele momento mais de uma terça parte do território estava nas mãos do inimigo; a capital se achava isolada das províncias e todas as comunicações estavam desorganizadas. Em tais circunstâncias era impossível eleger uma representação autêntica da França, a menos que se dispusesse de muito tempo para preparar as eleições. Eis porque o pacto de capitulação estipulava que deveria ser eleita uma Assembléia Nacional no prazo de oito dias; assim foi que a notícia da realização de eleições não chegou a muitos pontos da França senão no dia anterior. Ademais, segundo uma cláusula expressa do pacto de capitulação, essa Assembléia deveria ser eleita com o objetivo único de votar pela paz ou pela guerra, e, eventualmente, para concluir um tratado de paz. A população não podia deixar de sentir que os termos do armistício tornavam impossível a continuação da guerra e de que, para sancionar a paz imposta por Bismarck, os

piores homens da França eram os melhores. Mas, não contente com essas precauções, Thiers, já antes de ser o secreto do armistício difundido em Paris, pôs-se em caravana eleitoral através dos departamentos, com o objetivo de galvanizar e ressuscitar o partido legitimista que agora, ao lado dos orleanistas, haveria de ocupar a vaga dos bonapartistas, inaceitáveis no momento. Thiers não temia os legitimistas. Impossibilitados para governar a França moderna e, portanto, desdenháveis como rivais, que partido poderia servir melhor como instrumento da contra-revolução do que aquele cuja atuação, para dizê-lo com as palavras do próprio Thiers (Câmara dos Deputados, 5 de janeiro de 1833), “estivera sempre circunscrito aos três recursos da invasão estrangeira, da guerra civil e da anarquia”? Eles, por sua parte, acreditavam firmemente no advento de seu passado reino milenário, por tanto tempo ansiado. Aí estavam as botas de uma invasão estrangeira pisoteando a França; aí estavam um Império caído e um Bonaparte prisioneiro; e aí estavam eles outra vez. Evidentemente, a roda da história havia girado para trás, até deter-se na *Chambre introuvable* de 1816. Na assembleias da República, de 1848 a 1851, esses elemento haviam estado representados por seus cultos e experimentados campeões parlamentares; agora irrompiam em

cena os soldados de base do partido, todos os Pourceaugnacs⁽²⁶⁾ da França.

Quando essa assembléia de “rurais”⁽²⁷⁾ reuniu-se em Bordéus, Thiers expôs com clareza aos seus componentes que era necessário aprovar imediatamente as condições de paz, sem conceder-lhes sequer as honras de um debate parlamentar, única circunstância sob a qual a Prússia lhes permitiria iniciar a guerra contra a República e contra Paris, seu baluarte. Em realidade, a contra-revolução não tinha tempo a perder. O Segundo Império havia elevado a mais do dobro a dívida nacional e afogara todas as cidades mais importantes em dívidas municipais gravosíssimas. A guerra aumentara espantosamente os encargos da nação e devastara implacavelmente os seus recursos. E para completar a ruína ali estava o Shylock⁽²⁸⁾ prussiano, com sua fatura correspondente à manutenção de meio milhão de soldados seus em solo francês e com sua indenização de cinco bilhões, mais 5 por cento de juros pelos pagamentos a vencer. Quem pagaria essa conta? Só derrubando violentamente a República podiam os monopolizadores da riqueza confiar em lançar sobre os ombros dos produtores desta os encargos de uma guerra que eles, os monopolizadores, haviam desencadeado. E assim a incalculável ruína da França estimulava esses patrióticos representantes da terra e do capital a

enxergar na guerra exterior uma guerra civil, uma rebelião dos escravistas.

No caminho dessa conspiração erguia-se um grande obstáculo: Paris. O desarmamento de Paris era a primeira condição para o êxito. Por isso foi condenada por Thiers a entregar as armas. Paris estava, ademais, exasperada pelas frenéticas manifestações anti-republicanas da Assembléia “rural” e as declarações equívocas do próprio Thiers sobre o fundamento legal da República; pela ameaça de decapitar e descapitalizar Paris; pela nomeação de embaixadores orleanistas; pelas leis de Dufaure sobre as letras e os aluguéis vencidos, que levavam à ruína a indústria e o comércio de Paris; pelo imposto dos centimos, criado por Pouyer-Quertier, sobre cada exemplar de todas as publicações imagináveis; pelas sentenças de morte contra Blanqui e Flourens; pela supressão dos jornais republicanos; pela transferência da Assembléia Nacional para Versalhes; pela prorrogação do estado de sítio proclamado por Palikao e encerrado com o 4 de setembro; pela nomeação de Vinoy, o herói de dezembro, para governador de Paris, de Valentim, o gendarme bonapartista, para prefeito de polícia e d’Aurelle de Paladines, o general jesuíta, para comandante-em-chefe da Guarda Nacional parisiense.

E agora vamos fazer uma pergunta a M. Thiers e aos cavalheiros da defesa nacional, seus moços de recado. É sabido que, por mediação de M. Pouyer-Quertier, seu ministro da Fazenda, Thiers contratou um empréstimo de dois bilhões. Pois bem, é ou não verdade:

1.,. que o negócio foi acertado assegurando-se uma comissão de várias centenas de milhões para os bolsos particulares de Thiers, Jules Favre, Ernest Picard, Pouyer-Quertier e Jules Simon, e

2. que não havia necessidade de nenhum pagamento senão depois da “pacificação” de Paris?

Em todo caso, devia haver algo de muito urgente na questão, pois Thiers e Jules Favre pediram sem o menor pudor, em nome da maioria da Assembléia de Bordéus, a imediata ocupação de Paris pelas tropas prussianas. Esse, entretanto, não era o jogo de Bismarck, como declarou ao regressar à Alemanha, ironicamente e sem meios-terminos diante dos assombrados filisteus de Francfort.

II

Paris armada era o único obstáculo sério que se erguia no caminho da conspiração contra-revolucionária. Era preciso por isso desarmar Paris. Nesse ponto, a Assembléia de Bordéus era a sinceridade mesma. Se os bramidos frenéticos de seus “rurais” não fossem suficientes para se fazerem entender, a última sombra de dúvida teria sido dissipada com a entrega de Paris por Thiers nas ternas mãos do triunvirato de Vínoy, o *décembriseur*, Valentin, o gendarme bonapartista, e d’Aurelie de Paladines, o general jesuíta. Mas, ao mesmo tempo em que exibiam de um modo insultante o seu verdadeiro propósito de desarmar Paris, os conspiradores lhe pediam que entregasse as armas com um pretexto que era a mais evidente, a mais descarada das mentiras. Thiers alegava que a artilharia da Guarda Nacional de Paris pertencia ao Estado e devia ser-lhe devolvida. A verdade era esta: desde o próprio dia da capitulação, em que os prisioneiros de Bismarck firmaram a entrega da França, mas reservando-se um nutrido corpo de guarda com a intenção manifesta de submeter Paris, esta se pôs em prontidão. A Guarda Nacional reorganizou-se, confiando a sua direção suprema a um Comitê Central eleito por todos os seus efetivos, com a única exceção de alguns remanescentes das

velhas formações bonapartistas. Na véspera do dia em que os prussianos entraram em Paris, o Comitê Central adotou medidas no sentido de transferir para Montmartre, Belleville e La Villette os canhões e metralhadoras traiçoeiramente abandonados pelos capituladores nos próprios bairros que os prussianos haveriam de ocupar, ou em suas imediações. Esses canhões haviam sido adquiridos por subscrição aberta entre a Guarda Nacional. Foram reconhecidos como propriedade privada sua no pacto de capitulação de 28 de janeiro e, precisamente por isso, foram excluídos da entrega geral de armas do governo aos conquistadores. Tão sem pretextos se achava Thiers para iniciar as hostilidades contra Paris, que teve de recorrer à cínica mentira de que a artilharia da Guarda Nacional pertencia ao Estado!

O confisco de seus canhões estava destinado, evidentemente, a ser o prelúdio do desarmamento geral de Paris e, portanto, do desarmamento da revolução de 4 de setembro. Mas essa revolução era agora a forma legal do Estado francês. A República, sua obra, foi reconhecida pelos conquistadores nas cláusulas do pacto de capitulação. Depois da capitulação, foi reconhecida também por todas as potências estrangeiras. e a Assembléia Nacional foi convocada em seu nome. A revolução operária de Paris de 4 de setembro era o único título legal da

Assembléia Nacional reunida em Bordéus e de seu poder executivo. Sem ela, a Assembléia Nacional teria tido que dar lugar ao corpo legislativo eleito em 1869 pelo sufrágio universal sob o governo da França, e não da Prússia, e dissolvido pela força a revolução. Thiers e seus homens do *ticket-of-leave* teria tido que humilhar-se a pedir um salvo-conduto assinado por Luís Bonaparte para livrar-se de uma viagem a Caiena⁽²⁹⁾. A Assembléia Nacional, com seus plenos poderes para fixar as condições de paz com a Prússia, não era mais que um episódio daquela revolução, cuja verdadeira encarnação continuava sendo a Paris em armas que a havia iniciado, que por ela sofrera um assédio de cinco meses, com todos os horrores da fome, e que, graças à sua resistência sustentada apesar do plano de Trochu, assentara as bases para uma tenaz guerra de defesa nos departamentos. E Paris só tinha agora dois caminhos: ou entregar as armas, seguindo as ordens humilhantes dos escravistas amotinados de Bordéus e reconhecendo que sua revolução de 4 de setembro não significa mais que uma transferência de poderes de Luís Bonaparte a seus rivais monárquicos; ou continuar lutando como o campeão abnegado da França, cuja salvação da ruína e cuja regeneração eram impossíveis se não fossem derrubadas revolucionariamente as condições políticas e

sociais que haviam engendrado o Segundo Império e que, sob sua égide protetora, amadureciam até a completa putrefação. Paris, extenuada por cinco meses de fome, não hesitou um só instante. Heroicamente, decidiu correr todos os riscos de uma resistência contra os conspiradores franceses, mesmo com o canhão prussiano ameaçando-a de seus próprios fortes. Entretanto, em sua aversão à guerra civil a que Paris havia de ser arrastada, o Comitê Central persistia ainda numa atitude meramente defensiva, apesar das provocações da Assembléia, das usurpações do poder executivo e da ameaçadora concentração de tropas em Paris e seus arredores.

Foi Thiers quem iniciou a guerra civil ao mandar Vinoy, à frente de uma multidão de guardas municipais e de alguns regimentos de linha, em expedição noturna contra Montmartre para apoderar-se de surpresa dos canhões da Guarda Nacional. Sabe-se, de resto, como essa tentativa fracassou, diante da resistência da Guarda Nacional e da confraternização das tropas do povo. D'Aureile de Paladines mandara de antemão imprimir o seu boletim de vitória, e Thiers havia preparado já os cartazes anunciando as suas medidas de golpe de Estado. Agora, tudo isso tinha que ser substituído pelos apelos em que Thiers comunicava a sua magnânima decisão de deixar a Guarda Nacional na posse de suas

armas, com o que estava certo — afirmava — de que esta se uniria ao governo contra os rebeldes. Dos 300 mil guardas nacionais, somente 300 responderam a esse apelo passando-se para o lado do pequeno Thiers contra eles mesmos. A gloriosa revolução operária de 18 de março apoderou-se indiscutivelmente de Paris. O Comitê Central era o seu governo provisório. E sua notável atuação política e militar parecia levar a Europa à dúvida sobre se o que se via era uma realidade ou simplesmente os sonhos de um passado remoto.

De 18 de março até a entrada das tropas de Versalhes em Paris, a revolução esteve tão isenta desses atos de violência, tão freqüentes nas revoluções, e mais ainda nas contra-revoluções das “classes superiores”, que seus adversários não puderam denunciar outros fatos além da execução dos generais Lecomte e Clément Thomas e os acontecimentos ocorridos na praça Vendôme.

Um dos militares bonapartistas que participaram na intentona noturna contra Montmartre, o general Lecomte, ordenou por quatro vezes ao 81.º regimento que fizesse fogo sobre uma multidão inerte na praça Pigalle e como as tropas se negassem, insultou-as furiosamente. Em vez de disparar sobre as mulheres e as crianças, seus homens dispararam

sobre ele. Os hábitos inveterados adquiridos pelos soldados na escola dos inimigos da classe operária não mudam, sem dúvida, no mesmo momento em que eles passam para o campo dos trabalhadores. Essa mesma gente executou Clément Thomas.

O “general” Clément Thomas, um antigo sargento de cavalaria descontente, insinuara-se, no último período do reinado de Luís Felipe, na redação do jornal republicano *Le National*, para prestar ali os seus serviços na dupla qualidade de testa-de-ferro (*gérant responsable*) e de espadachim de tão combativo jornal. Após a Revolução de Fevereiro, entronizados no poder os senhores de *Le National* transformaram esse ex-sargento de cavalaria em general, nas vésperas da matança de junho, da qual ele, como Jules Favre, foi um dos sinistros maquinadores, para converter-se depois num dos mais ignóbeis verdugos dos sublevados. Em seguida, ele e seu generalato desapareceram por longo tempo, para surgir de novo à tona em 1.º de novembro de 1870. No dia anterior, o governo da defesa, aprisionado no Hôtel de Ville, prometera solenemente a Blanqui, Flourens e outros representantes da classe operária que renunciaria ao poder usurpado das mãos da Comuna que Paris haveria de eleger livremente. Ao invés de cumprir sua palavra, lançaram sobre Paris os bretões de Trochu, que vinham substituir os

corros de Bonaparte. Unicamente o general Tamisier recusou manchar o seu nome com aquela violação da palavra empenhada, demitindo-se de seu posto de comandante-em-chefe da Guarda Nacional. Clément Thomas o substituiu, voltando outra vez a ser general. Durante todo o período de seu comando, não lutou contra os prussianos, mas contra a Guarda Nacional de Paris. Impediu que ela se armasse por completo, açulou os batalhões burgueses contra os batalhões operários, eliminou os oficiais hostis ao “plano” de Trochu e dissolveu com o estigma de covardia aqueles mesmos batalhões proletários, cujo heroísmo acaba de encher de assombro os seus mais encarniçados inimigos. Clément Thomas sentia-se extremamente orgulhoso por haver reconquistado sua preeminência de junho como inimigo pessoal da classe operária de Paris. Poucos dias antes de 18 de março submetera a Le Flô, ministro da Guerra, um plano de sua criação para “acabar com a fine fleur⁽³⁰⁾ da canaille de Paris”. Depois da derrota de Vinoy, não pôde deixar de surgir em cena como espião amador. O Comitê Central e os operários de Paris são tão responsáveis pela morte de Clément Thomas e de Lecomte como a princesa de Gales pela sorte que tiveram as pessoas que morreram esmagadas entre a multidão no dia de sua entrada em Londres.

A suposta matança de cidadãos inermes na praça Vendôme é um mito que M. Thiers e os “rurais” silenciam obstinadamente na Assembléia, entregando a sua propagação exclusivamente à turba de lacaios do jornalismo europeu. Os “homens da ordem”, os reacionários de Paris, tremeram ante o triunfo do 18 de março. Era para eles o sinal da vingança popular que afinal chegava. Diante de seus olhos erguiam-se os espectros das vítimas assassinadas por eles desde as jornadas de junho de 1848 até o 22 de janeiro de 1871. Mas o seu pânico foi o único castigo. Até os guardas municipais, que deviam ser desarmados e presos, tiveram as portas de Paris abertas de par em par, fugindo tranqüilamente para Versalhes e pondo-se a salvo. Os homens da ordem não só não foram molestados, mas até mesmo tiveram a possibilidade de reunir-se e apoderar-se calmamente de mais de um reduto do próprio centro de Paris. Essa indulgência do Comitê Central, essa magnanimidade dos operários armados, que tão violentamente contrastava com os hábitos do “partido da ordem”, foi falsamente interpretada por este como a simples manifestação de um sentimento de debilidade. Dai o seu néscio plano de tentar, sob a capa de uma manifestação pacífica, o que Vinoy não pudera conseguir com seus canhões e suas metralhadoras. A 22 de março, uma turba

sediciosa de pessoas elegantes partiu dos bairros de luxo, levando em suas fileiras todos os janotas e, à sua frente, os figurões mais conhecidos do Império: os Heeckeren, Coetlogon, Henri de Pène, etc. Sob o covarde pretexto de uma manifestação pacífica, esses bandos, conduzindo secretamente armas de espadachins, puseram-se em ordem de marcha, agredindo e desarmando as patrulhas e postos da Guarda Nacional que encontravam em sua passagem e, ao desembocar na Rue de la Paix na praça Vendôme, aos berros de “Abaixo o Comitê Central! Abaixo os assassinos! Viva a Assembléia Nacional!”, tentaram romper o cordão de guardas e tomar de surpresa o quartel da Guarda Nacional. Como resposta aos seus tiros de pistola, foram dados os toques regulamentares de atenção e, como não surtiram efeito, o general da Guarda Nacional ordenou fogo. Foi bastante uma carga para pôr em fuga precipitada aqueles estúpidos mequetrefes, que esperavam que a simples exibição de sua “honorabilidade” exerceria sobre a revolução de Paris o mesmo efeito das trombetas de Josué sobre as muralhas de Jericó. Ao fugir, deixaram atrás de si dois guardas nacionais mortos, nove feridos gravemente (entre eles um membro do Comitê Central) e todo o cenário de sua façanha coberto de revólveres, punhais e bastões de estoque, como testemunho do caráter “inerme” de sua manifestação “pacífica”. Quando a Guarda

Nacional de Paris, a 13 de junho de 1849, organizou uma manifestação realmente pacífica, para protestar contra o traiçoeiro assalto de Roma pelas tropas francesas, Changarnier, então general do partido da ordem, foi aclamado pela Assembléia Nacional, especialmente por M. Thiers, como salvador da sociedade por haver lançado suas tropas, de todos os lados, sobre aqueles homens inermes, por derrubá-los a tiros e golpes de sabre e por esmagá-los pisoteando-os. Decretou-se então em Paris o estado de sítio. Dufaure fez com que a Assembléia aprovasse a toda pressa novas leis de repressão. Novas detenções, novos desterros; iniciava-se nova era de terror. O Comitê Central de 1871 não se ocupou dos heróis da “manifestação pacífica”; e, assim, dois dias depois, já podiam passar revista ante o almirante Saisset para aquela outra manifestação, já armada, que terminou com a famosa fuga para Versalhes. Em sua repugnância em aceitar a guerra civil, iniciada com o assalto noturno realizado por Thiers contra Montmartre, o Comitê Central tornou-se culpado, dessa vez, de um erro decisivo: não marchar imediatamente sobre Versalhes, então completamente indefesa, acabando dessa maneira com as manobras conspirativas de Thiers e seus “rurais” Em vez de fazê-lo, voltou a permitir que o partido da ordem provasse as suas forças nas urnas a 26 de março, dia em que se realizaram as eleições para a

Comuna. Naquele dia, nas municipalidades de Paris, os “homens da ordem” trocaram amenas palavras de conciliação com seus demasiados generosos vencedores, enquanto no fundo do coração faziam o voto solene de exterminá-los no momento oportuno.

Vejamos agora o reverso da medalha. Thiers deu início à sua segunda campanha contra Paris em começos de abril. A primeira leva de prisioneiros parisienses conduzidos a Versalhes foi submetida a revoltantes crueldades, enquanto Ernest Picard, com as mãos metidas nos bolsos, passeava em sua frente, escarnecendo-os, e Mmes Thiers e Favre, entre suas damas de honra (?), aplaudiam dos balcões os ultrajes da turba versalhesa. Os soldados dos regimentos de linha aprisionados foram assassinados a sangue frio; nosso valente amigo o general Duval, o fundidor, foi fuzilado, sem sombra de processo. Gallifet, o rufião de sua própria mulher, tão conhecida pelas escandalosas exhibições que fazia de seu corpo nas bacanais do Segundo Império, jactava-se numa proclamação por ter mandado assassinar um grupo de guardas nacionais com seu capitão e seu tenente, surpreendidos e desarmados pelos caçadores. Vinoy, o fugitivo, foi agraciado por Thiers com a Grande Cruz da Legião de Honra, em reconhecimento por sua ordem para fuzilar todos os soldados aprisionados nas fileiras dos federais. Desmarets, o gendarme, foi condecorado

por ter esquartejado traiçoeiramente, como um carniceiro, o brioso e magnânimo Flourens, que a 31 de outubro de 1870 salvara as cabeças dos membros do governo da defesa. Thiers, com manifesta satisfação, estendeu-se sobre os “reconfortantes detalhes” desse assassinato na Assembléia Nacional. Com a inflada vaidade de um Tom Pouce parlamentar, a quem se permite representar o papel de Tamerlán, negava aos que se rebelavam contra Sua Pequenez todo direito da guerra entre civilizados, até o direito de neutralidade para seus hospitais de sangue. Nada mais horrível do que esse macaco, autorizado por um momento a dar plena expansão a seus instintos de tigre, como Voltaire já havia imaginado. (V. apêndices, pág. 35)⁽³¹⁾

Após o decreto de 7 de abril da Comuna, ordenando represálias e declarando que tal era seu dever “para proteger Paris contra as façanhas canibalescas dos bandidos de Versalhes, exigindo olho por olho e dente por dente”, Thiers continuou dando aos prisioneiros o mesmo tratamento selvagem, além do mais insultando-os em seus boletins: “Jamais — escreveu ele — o olhar angustiado de homens honestos teve que pousar sobre fisionomias tão degradadas de uma degradada democracia.” Os homens honestos eram Thiers e seus ministros “libertados” do presídio. Contudo, os fuzilamentos de prisioneiros cessaram por algum tempo. Mas, logo que Thiers

e seus generais decembristas convenceram-se de que aquele decreto da Comuna sobre as represálias não era mais que uma ameaça inócua, de que era respeitada a vida até dos gendarmes espiões detidos em Paris com o disfarce de guardas nacionais, até de guardas municipais surpreendidos com granadas incendiárias, então reiniciaram-se os fuzilamentos em massa de prisioneiros, prosseguindo sem interrupção até o fim. As casas em que refugiaram guardas nacionais eram cercadas por gendarmes, sobre elas lançava-se petróleo (pela primeira vez empregado nesta guerra) incendiando-as em seguida, sendo os corpos carbonizados retirados logo para o Hospital da Imprensa, situados em Les Temes. Quatro guardas nacionais que se renderam a um destacamento de caçadores montados, a 25 de abril, em Belle Epine, foram imediatamente fuzilados, um após outro, por um capitão discípulo dileto de Gallifet. Scheffer, uma dessas quatro vítimas, a quem se havia deixado como morto, chegou arrastando-se aos postos avançados de Paris e relatou esse fato a uma comissão da Comuna. Quando Tolain interpelou o ministro da Guerra acerca do informe dessa comissão, os “rurais” abafaram sua voz e não permitiram que Le Flô respondesse. Teria sido um insulto para seu “glorioso” exército falar de suas façanhas. O tom impertinente com que os

boletins de Thiers anunciaram a matança a baionetas dos guardas nacionais que foram surpreendidos dormindo em Moulin Saquet e os fuzilamentos em massa em Clarmart alteraram até os nervos do Times de Londres, que não peca precisamente por excesso de sensibilidade. Mas seria ridículo, hoje, procurar enumerar as atrocidades puramente preliminares levadas à prática pelos que bombardearam Paris e fomentaram uma sublevação escravista protegida pela invasão estrangeira. Em meio a todos esses horrores, Thiers, esquecendo-se de suas lamentações parlamentares sobre a espantosa responsabilidade que pesa sobre os seus ombros de anão, jacta-se em seus boletins de que *l'Assemblée siege paisiblement* (32), e por seus inacabáveis festins demonstra, ora com os generais decembristas, ora com os príncipes alemães, que sua digestão não foi de modo algum perturbada, nem sequer pelos espectros de Lecomte e Clément Thomas.

III

Ao alvorecer de 18 de março de 1871, Paris foi despertada com o clamor: “Viva a Comuna!”. Que é a Comuna, essa esfinge que tanto atormenta os espíritos burgueses?

“Os proletários de Paris — dizia o manifesto do Comitê Central de 18 de março — em meio aos fracassos e às reações das classes dominantes, compreenderam que chegou o momento de salvar a situação tomando em suas mãos a direção dos negócios públicos... Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito incontestável tornar-se donos de seus próprios destinos, tomando o Poder.” Mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins.

O poder estatal centralizado, com seus órgãos onipotentes — o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura — órgãos criados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho — procede dos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade burguesa como uma arma poderosa em suas lutas contra o feudalismo. Entretanto, seu desenvolvimento foi entravado por todo tipo de rebatalhos medievais: direitos senhoriais,

privilégios locais, monopólios municipais e corporativos, códigos provinciais. A escova gigantesca da Revolução Francesa do século XVIII varreu todas essas relíquias de tempos passados, limpando assim, ao mesmo tempo, o solo da sociedade dos últimos obstáculos que se erguiam ante a superestrutura do edifício do Estado moderno, erigido sobre o Primeiro Império, que por sua vez era fruto das guerras de coalizão da velha Europa semifeudal contra a França moderna. Durante os regimes seguintes o governo, colocado sob o controle do Parlamento — isto é, sob o controle direto das classes possuidoras não só se converteu num viveiro de enormes dívidas nacionais e de impostos esmagadores, mas, com a sedução irresistível de seus cargos, proteções e empregos, acabou por ser a maçã da discórdia entre as facções rivais e os aventureiros das classes dominantes; por outro lado, seu caráter político mudava simultaneamente com as mudanças econômicas operadas na sociedade. À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo

adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do Estado. A revolução de 1830, ao traduzir-se na passagem do governo das mãos dos latifundiários para as mãos dos capitalistas, o que fez foi transferi-lo dos inimigos mais remotos para os inimigos mais diretos da classe operária. Os burgueses republicanos, que se apoderaram do poder do Estado em nome da Revolução de Fevereiro, dele fizeram uso para as matanças de junho, para provar à classe operária que a República “social” é a República que assegura sua submissão social e para convencer a massa monárquica dos burgueses e latifundiários que podia entregar aos “republicanos” burgueses as inquietações e encargos do governo. Entretanto, depois de sua primeira e heróica façanha de junho, os republicanos burgueses tiveram que passar das primeiras linhas para a retaguarda do “partido da ordem”, coalizão formada por todas as frações e facções rivais da classe apropriadora, em seu antagonismo, agora franco e manifesto, com a classe produtora. A forma mais adequada para esse governo por ações era a República parlamentar, com Luís Bonaparte por presidente. Foi esse um regime de franco terrorismo de classe e de insulto deliberado contra a “vile multitude”⁽³³⁾ Se a República parlamentar, como dizia M. Thiers, era “a que menos os dividia” (as

diversas frações da classe dominante), abria em troca um abismo entre essa classe e o conjunto da sociedade que se situava fora de suas reduzidas fileiras. Sua união vinha eliminar as restrições que as discórdias impunham ao poder do Estado sob regimes anteriores e, ante a ameaça de um isolamento do proletariado, serviam-se do poder estatal, sem piedade e com ostentação, como de uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho. Mas essa cruzada ininterrupta contra as massas produtoras obrigava-os não só a revestir o poder executivo de faculdades de repressão cada vez maiores, mas, ao mesmo tempo, a despojar o seu próprio baluarte parlamentar — a Assembléia Nacional — um por um, de todos os seus meios de defesa contra o poder executivo. Até que este, na pessoa de Luís Bonaparte, deu-lhes um pontapé. O fruto natural da República do “partido da ordem” foi o Segundo Império.

O Império, tendo o golpe de Estado por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava apoiar-se nos camponeses, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta entre o capital e o trabalho. Dizia que salvava a classe operária destruindo o parlamentarismo e, com ele, a descarada submissão do governo às classes possuidoras. Dizia que salvava as classes possuidoras mantendo de pé sua supremacia

econômica sobre a classe operária; e, finalmente, pretendia unir todas as classes, ao ressuscitar para todos a quimera da glória nacional. Em realidade, era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido. O Império foi aclamado de um extremo ao outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas ressaltava sobre a ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil. O poder estatal, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era de fato o seu maior escândalo e o viveiro de todas as suas corrupções. Sua podridão e a podridão da sociedade que ele salvou, foram postas a nu pela baioneta da Prússia, que por sua vez ardia em desejos de trasladar esse regime de Paris para Berlim. O imperialismo⁽³⁴⁾ é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a última forma daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital.

Antítese direta do Império era a Comuna. O brado de “República social”, com que a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris, não expressava mais que o vago desejo de uma República que não acabasse com a forma monárquica da dominação de classe, mas com a própria dominação de classe. A Comuna era a forma positiva dessa República.

Paris, sede central do velho poder governamental e, ao mesmo tempo, baluarte social da classe operária da França, levantara-se em armas contra a tentativa de Thiers e dos “rurais” de restaurar e perpetuar aquele velho poder que lhes havia sido legado pelo Império. E se Paris pôde resistir foi unicamente porque, em consequência do assédio, desfizera o exército, substituindo-o por uma Guarda Nacional, cujo principal contingente era formado pelos operários. Trata-se agora de transformar esse fato numa instituição duradoura. Por isso, o primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo armado.

A Comuna era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade. Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao

mesmo tempo. Em vez de continuar sendo um instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento. O mesmo foi feito em relação aos funcionários dos demais ramos da administração. A partir dos membros da Comuna, todos que desempenhavam cargos públicos deviam receber salários de operários. Os interesses criados e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos signatários. Os cargos públicos deixaram de ser propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Nas mãos da Comuna concentrou-se não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado.

Uma vez suprimidos o exército permanente e a polícia, que eram os elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava impaciente por destruir a força espiritual de repressão, o “poder dos padres”, decretando a separação da Igreja do Estado e a expropriação de todas as Igrejas como corporações possuidoras. Os padres foram devolvidos ao retiro da vida privada, a viver dos óbulos dos fiéis, como seus antecessores, os apóstolos. Todas as instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo e ao mesmo tempo emancipadas de toda intromissão da Igreja e do

Estado. Assim, não somente se punha o ensino ao alcance de todos, mas a própria ciência se redimia dos entraves criados pelos preconceitos de classe e o poder do governo.

Os funcionários judiciais deviam perder aquela fingida independência que só servira para disfarçar sua abjeta submissão aos sucessivos governos, aos quais iam prestando sucessivamente, e violando também sucessivamente, o juramento de fidelidade. Assim como os demais funcionários públicos, os magistrados e juizes deviam ser funcionários eletivos, responsáveis e demissíveis.

Como é lógico, a Comuna de Paris havia de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários o regime comunal, o antigo governo centralizado teria que ceder lugar também nas províncias ao governo dos produtores pelos produtores. No breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, diz-se claramente que a Comuna devia ser a forma política inclusive das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extraordinariamente curto. As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembléia de

delegados na capital do distrito correspondente e essas assembléias, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, entendendo-se que todos os delegados seriam substituídos a qualquer momento e comprometidos com um mandato imperativo (instruções) de seus eleitores. As poucas, mas importantes funções que restavam ainda a um governo central não se suprimiriam, como se disse, falseando propositadamente a verdade, mas serão desempenhadas por agentes comunais e, portanto, estritamente responsáveis. Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitária. Enquanto que os órgãos puramente repressivos do velho poder estatal deviam ser amputados, suas funções legítimas deviam ser arrancadas a uma autoridade que usurpava uma posição preeminente sobre a própria sociedade, para restitui-la aos servidores responsáveis dessa sociedade. Em lugar de decidir uma vez, cada três ou seis anos, que membros da classe dominante devem representar⁽³⁵⁾ e esmagar o povo no Parlamento, o sufrágio universal deveria servir ao povo organizado em comunas, do mesmo modo

que o sufrágio individual serve aos patrões que procuram operários e administradores para seus negócios. E é um fato perfeitamente conhecido que tanto as companhias como os indivíduos quando se trata de negócios, sabem geralmente colocar cada homem no lugar que lhe cabe e, se erram alguma vez, reparam o erro com presteza. Por outro lado, nada podia ser mais alheio ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal por uma investidura hierárquica.

Em geral, as criações históricas completamente novas estão destinadas a ser tomadas como uma reprodução de formas velhas, e mesmo mortas, da vida social, com as quais podem ter certa semelhança. Assim, essa nova Comuna, que vem destruir o poder estatal moderno, foi confundida com uma reprodução das comunas medievais, que precederam imediatamente esse poder estatal e logo lhe serviram de base. O regime comunal foi erroneamente considerado como uma tentativa de fracionar numa federação de pequenos Estados, como sonhavam Montesquieu e os girondinos, aquela unidade das grandes nações que, se em suas origens foi instaurada pela violência, se converteu num poderoso fator da produção social. O antagonismo entre a Comuna e o poder do Estado tem sido apresentado como uma forma exagerada da velha luta contra o excessivo centralismo. Circunstâncias peculiares podem em

outros países ter impedido o desenvolvimento clássico da forma burguesa de governo ao modo francês e ter permitido, como na Inglaterra, completar na cidade os grandes órgãos centrais do Estado com assembleias paroquiais (*vestries*) corrompidas, conselheiros negociastas e ferozes administradores da beneficência e, no campo, com juizes virtualmente hereditários. O regime comunal teria devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo Estado parasitário, que se nutre às custas da sociedade e freia seu livre movimento. Bastaria esse fato apenas para dar início à regeneração da França. A burguesia provinciana da França via na Comuna uma tentativa para restaurar o predomínio que ela havia exercido sobre o campo sob Luís Felipe e que, sob Luís Napoleão, fora suplantado pelo suposto predomínio do campo sobre a cidade. Em realidade, o regime comunal colocava os produtores do campo sob a direção ideológica das capitais de seus distritos, oferecendo-lhes, nos operários da cidade, os representantes naturais de seus interesses. A simples existência da Comuna implicava, como algo evidente, um regime de autonomia local, porém já não como contrapeso a um poder estatal, que agora era supérfluo. Só na cabeça de um Bismarck que, quando não está metido em suas intrigas de sangue e de ferro, gosta de voltar à sua antiga

ocupação, que tão bem corresponde a seu calibre mental, de colaborador do Kladderadatsch (o Punch de Berlim)⁽³⁶⁾ — só numa cabeça como essa poderia caber o atribuir à Comuna de Paris a aspiração de reproduzir aquela caricatura da organização municipal francesa de 1791, que é a organização municipal da Prússia, onde a administração das cidades fica rebaixada ao papel de simples engrenagem secundária do aparelho policial do Estado prussiano. A Comuna converteu numa realidade essa palavra de ordem das revoluções burguesas, que é um. “governo barato” ao destruir os dois grandes fatores de gastos: o exército permanente e a burocracia do Estado. Sua existência mesma pressupunha a não existência da monarquia que, pelo menos na Europa, é o apoio normal e o disfarce indispensável da dominação de classe. A Comuna dotou a República de uma base de instituições realmente democráticas. Mas nem o “governo barato” nem a “verdadeira República” constituíam sua meta final. Não eram senão seus corolários.

A variedade de interpretações a que tem sido submetida a Comuna e a variedade de interesses que a explicam em seu benefício, demonstram que era uma forma política perfeitamente flexível, diferentemente das formas anteriores de governo, todas elas fundamentalmente repressivas. Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária,

fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho.

Sem essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apóia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.

É um fato estranho. Apesar de tudo o que se falou e se escreveu, com tamanha profusão, durante os últimos sessenta anos, a respeito da emancipação do trabalho, mal os operários, não importa onde, tomam o problema em suas mãos, volta de logo a ressoar toda a fraseologia apologética dos porta-vozes da sociedade atual, com os seus dois pólos, o capital e a escravidão assalariada (hoje, o latifundiário não é mais do que o sócio comanditário do capitalista), como se a sociedade capitalista se achasse ainda em seu mais puro estado de inocência virginal, com seus antagonismos ainda em germe, com suas ilusões ainda encobertas, com suas prostituídas

realidades ainda não desnudadas. A Comuna — exclamam — pretende abolir a propriedade, base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o “irrealizável” comunismo! Contudo, os indivíduos das classes dominantes bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de perpetuar o sistema atual — e não são poucos — erigiram-se nos apóstolos enfadonhos e prolixos da produção cooperativa. Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista — que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”?

A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir “par décret du

peuple”(37) Sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio. Plenamente consciente de sua missão histórica e heroicamente decidida a atuar de acordo com ela, a classe operária pode sorrir diante das grosseiras invectivas dos lacaios da pena e do patronato recheado de doutrinas burguesas de beneficência, que derramam suas ignorantes vulgaridades e suas fantasias sectárias com um tom sibilino de infalibilidade científica.

Quando a Comuna de Paris tomou em suas próprias mãos a direção da revolução; quando, pela primeira vez na história, os simples operários se atreveram a violar o monopólio de governo de seus “superiores naturais” e, em circunstâncias extraordinariamente difíceis, realizaram seu trabalho de modo modesto, consciente e eficaz, com salários o mais alto dos quais representava uma quinta parte da soma que, segundo uma alta autoridade científica(38), é o vencimento mínimo do secretário de um

conselho escolar de Londres, o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva ante o espetáculo da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, ondeando sobre o Hôtel de Ville.

No entanto, era essa a primeira revolução em que a classe operária foi abertamente reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social, inclusive pela grande massa da classe média parisiense — lojistas, artesãos, comerciantes com a única exceção dos capitalistas ricos. A Comuna os salvou, mediante uma sagaz solução da permanente fonte de discórdias dentro da própria classe média: o conflito entre credores e devedores⁽³⁹⁾ Esses mesmos elementos da classe média, depois de haver colaborado no esmagamento da insurreição operária de junho de 1848, foram sacrificados sem cerimônia aos seus credores pela Assembléia Constituinte de então. Mas não foi esse o único motivo que os levou a cerrar fileiras em torno da classe operária. Sentiam que tinham de escolher entre a Comuna e o Império, qualquer que fosse o rótulo sob o qual este ressuscitasse. O Império arruinara-os economicamente, com sua dilapidação da riqueza pública, com a *escroquerie* financeira que fomentou e com o apoio prestado à centralização artificialmente acelerada do capital, que pressupunha a expropriação de muitos dos seus componentes. Suprimira-os politicamente e os

escandalizara moralmente com suas orgias; insultara o seu voltarianismo ao entregar a educação de seus filhos aos *frères ignorantins*⁽⁴⁰⁾, e sublevara seu sentimento nacional de franceses ao lançá-los precipitadamente a uma guerra que só ofereceu uma compensação para os desastres causados: a queda do Império. Com efeito, logo que a alta “boemia” bonapartista e capitalista fugiu de Paris, o autêntico partido da ordem da classe média surgiu sob a forma de “União Republicana”, colocou-se sob a bandeira da Comuna e pôs-se a defendê-la contra as desfigurações premeditadas de Thiers. Só o tempo dirá se a gratidão dessa grande massa da classe média resistirá às duras provas atuais.

A Comuna tinha toda razão quando dizia aos camponeses: “Nossa vitória é a vossa única esperança.”

De todas as mentiras incubadas em Versalhes e difundidas pelos ilustres mercenários da imprensa européia, uma das mais tremendas era a de que os “rurais” representavam o campesinato francês. Imaginai o amor que sentiriam os camponeses da França pelos homens a quem, depois de 1815, foram obrigados a pagar um bilhão de indenização! Aos olhos do camponês da França, a simples existência de grandes latifundiários já é uma usurpação de suas conquistas de 1789. Em 1848 a burguesia

gravou seu lote de terra com o imposto adicional de 45 centimos por franco, mas então o fazia em nome da revolução. Enquanto que agora fomentava uma guerra civil contra a revolução, para lançar sobre os ombros dos camponeses a carga principal dos cinco bilhões de indenização que devia pagar aos prussianos. De outro lado, a Comuna declarava, em uma de suas primeiras proclamações, que as despesas da guerra deviam ser pagas pelos seus verdadeiros responsáveis. A Comuna teria redimido o camponês da contribuição de sangue, ter-lhe-ia dado um governo barato, teria convertido aos que hoje são seus vampiros — o tabelião, o advogado, o coletor e outros dignitários judiciais que lhe sugam o sangue — em empregados comunais assalariados, eleitos por ele e responsáveis ante ele. Tê-lo-ia libertado da tirania do guarda florestal, do gendarme e do prefeito; o ensino pelo mestre escolar teria substituído o embrutecimento pelo cura. E o camponês francês é, antes de tudo, um homem que calcula. Ele consideraria extremamente razoável que o pagamento do padre, em vez de ser arrancado dele pelo cobrador de impostos, dependesse exclusivamente dos sentimentos religiosos dos paroquianos. Tais eram os grandes benefícios que o regime da Comuna — e só ele — oferecia como coisa imediata aos camponeses da França. Seria supérfluo, portanto, fazer aqui um exame detido

dos problemas mais complexos, mais vitais, que só a Comuna era capaz de resolver — e que, ao mesmo tempo, estava obrigada a resolver — em favor dos camponeses, a saber: a dívida hipotecária, que pesava como uma maldição sobre seu pedaço de terra; o proletariado do campo, que crescia constantemente, e o processo de sua expropriação da terra que cultivava, processo cada vez mais acelerado em virtude do desenvolvimento da agricultura moderna e a concorrência da produção agrícola capitalista.

O camponês francês elegeu Luís Bonaparte presidente da República, mas o partido da ordem criou o Império. O que o camponês francês queria realmente, começou ele mesmo a demonstrar em 1849 e 1850, ao opor o seu alcaide ao prefeito do governo, seu mestre escolar ao padre do governo e sua própria pessoa ao gendarme do governo. Todas as leis promulgadas pelo partido da ordem em janeiro e fevereiro de 1850 foram descaradas medidas de repressão contra o camponês. O camponês era bonapartista porque a grande revolução, com todos os benefícios que ele havia conquistado, se personificava para ele em Napoleão. Mas essa quimera, que se ia esfumando rapidamente sob o Segundo Império (e que era, por natureza, contrária aos “rurais”), esse preconceito do passado, como teria resistido ele ao apelo da Comuna aos interesses vitais e às necessidades mais prementes dos camponeses?

Os “rurais” — tal era, em realidade, a sua principal preocupação — sabiam que três meses de livre contato de Paris da Comuna com as províncias bastariam para desencadear uma sublevação geral de camponeses; daí sua pressa em estabelecer o bloqueio policial de Paris para impedir que a epidemia se propagasse.

A Comuna era, pois, a verdadeira representação de todos os elementos sãos da sociedade francesa e, portanto, o governo nacional autêntico. Mas, ao mesmo tempo, como governo operário e campeão intrépido da emancipação do trabalho, era um governo internacional no pleno sentido da palavra. Ante os olhos do exército prussiano, que havia anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexou à França os operários do mundo inteiro.

O Segundo Império fora o jubileu da trapaça cosmopolita: os escroques de todos os países atenderam pressurosos ao seu apelo para participar em suas orgias e na pilhagem do povo francês. E ainda hoje o braço direito de Thiers é Ganesco, o velhaco abjeto, e seu braço esquerdo Markovski, o espião russo. A Comuna concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal. Entre a guerra exterior, perdida por sua traição, e a guerra civil, fomentada por sua conspiração com o invasor estrangeiro, a

burguesia achava tempo para dar provas de patriotismo, organizando batidas policiais contra os alemães residentes na França. A Comuna nomeou um operário alemão seu ministro do Trabalho. Thiers, a burguesia, o Segundo Império haviam enganado constantemente a Polônia com aparatosas manifestações de simpatia, quando em realidade a atraíam aos interesses da Rússia, aos quais prestavam os serviços mais vis. A Comuna honrou os heróicos filhos da Polônia, colocando-os à frente dos defensores de Paris. E, para marcar nitidamente a nova era histórica que conscientemente inaugurava, a Comuna, ante os olhos dos conquistadores prussianos, de um lado, e do exército bonapartista comandado por generais bonapartistas, de outro, jogou por terra aquele símbolo gigantesco da glória guerreira que era a Coluna de Vendôme.

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência, o seu trabalho. Suas medidas concretas não podiam senão expressar a linha de conduta de um governo do povo pelo povo. Entre elas figuram a abolição do trabalho noturno para os padeiros e a proibição penal da prática corrente entre os patrões de reduzir os salários impondo a seus operários, sob os mais diversos pretextos, processo esse no qual o patronato reúne as funções de legislador, juiz e agente executivo e, além disso, embolsa o dinheiro. Outra medida desse gênero foi a entrega às

organizações operárias, sob reserva de domínio, de todas as oficinas e fábricas fechadas, tanto no caso de os patrões terem fugido, como no caso de terem preferido suspender o trabalho.

As medidas financeiras da Comuna, notáveis por sua habilidade e moderação, tiveram de limitar-se necessariamente ao que era compatível com a situação de uma cidade sitiada. Tendo em conta o latrocínio gigantesco desencadeado sobre a cidade de Paris pelas grandes empresas financeiras e os empreiteiros de obras sob a tutela de Haussmann⁽⁴¹⁾, a Comuna teria tido motivos incomparavelmente melhores para confiscar seus bens do que Luís Bonaparte para confiscar os da família de Orléans. Os Hohenzollern e os oligarcas ingleses, boa parte de cujos bens provinha do saque da Igreja, ficaram naturalmente escandalizados quando a Comuna recolheu apenas 8 mil míseros francos da secularização.

Enquanto o governo de Versalhes, assim que readquiriu um pouco de ânimo e de forças, empregava contra a Comuna as medidas mais violentas; enquanto afogava a livre manifestação do pensamento por toda a França, até ao ponto de proibir as assembléias de delegados das grandes cidades; enquanto submetia Versalhes e o resto da França a uma espionagem que deixava nos cueiros o Segundo Império; enquanto

queimava por meio de seus gendarmes inquisidores todos os jornais publicados em Paris e violava toda a correspondência que procedia da capital ou partia dela; enquanto na Assembléia Nacional as mais tímidas tentativas de aventurar uma palavra em favor de Paris eram esmagadas com alaridos que não se ouvia nem mesmo da *Chambre introuvable* de 1816; com a guerra selvagem dos versalheses fora de Paris e suas tentativas de corrupção e conspiração, poderia a Comuna, sem trair ignominiosamente sua causa, conservar todas as formas e aparências de liberalismo, como se governasse em tempos de tranqüila paz? Se o governo da Comuna se assemelhasse ao de M. Thiers, não teria havido mais razões para suprimir em Paris os jornais do partido da ordem do que para suprimir em Versalhes os jornais da Comuna.

Era verdadeiramente irritante para os “rurais” que a incrédula Comuna revelasse os segredos do convento de Picpus e da igreja de Saint-Laurent, precisamente no instante em que eles preconizavam o retorno ao seio da Igreja como o único meio de salvar a França. E era uma zombaria para M. Thiers que a Comuna destituisse e prendesse os seus generais à menor suspeita de negligência no cumprimento do dever, quando ele fazia chover grandes cruzes sobre os generais bonapartistas como prêmio por sua mestria na arte de perder batalhas, assinalar

capitulações e fumar bons cigarros em Wilhelmshöhe. A expulsão de seu seio e a detenção pela Comuna de um dos seus membros, que se havia infiltrado nela sob nome suposto e que, em Lyon, fora preso durante seis dias por uma simples falência, não era isso porventura um deliberado insulto ao falsário Jules Favre, então ainda ministro do Exterior da França e que continuava vendendo o seu país a Bismarck e dando ordens àquele incomparável governo da Bélgica? A verdade é que a Comuna não pretendia possuir o dom da infalibilidade, que se atribuíam sem exceção todos os governos do velho tipo.

Em todas as revoluções, ao lado dos verdadeiros revolucionários, aparecem homens de outra têmpera. Alguns deles, sobreviventes de revoluções passadas, que conservam sua devoção por ela, sem visão do movimento atual, porém donos ainda de sua influência sobre o povo, por sua reconhecida honradez e valentia, ou simplesmente por força da tradição; outros são simples charlatães que, em virtude de repetir ano após ano as mesmas objurgatórias estereotipadas contra o governo do dia, conseguiram fazer-se passar por revolucionários de pura cepa. Também após o 18 de março vieram à tona homens desse tipo, que em alguns casos conseguiram desempenhar papéis preeminentes. Na medida em que seu poder o permitia, dificultaram a

verdadeira ação da classe operária, do mesmo modo que outros de sua espécie haviam obstado o pleno desenvolvimento de todas as revoluções anteriores. Constituem um mal inevitável; com o tempo são afastados; mas a Comuna não pôde dispor desse tempo.

Que maravilhosa foi, na verdade, a mudança operada pela Comuna em Paris! Daquela Paris prostituída pelo Segundo Império nada mais restava. Paris já não era o *rendez-vous* de latifundiários ingleses, dos absenteístas irlandeses, antigos escravistas e mercenários norte-americanos, ex-proprietários russos de servos e boiardos de Valaquia. Já não havia cadáveres no necrotério, nem assaltos noturnos, nem simples furtos. Pela primeira vez desde os dias de fevereiro de 1848, podia-se andar com segurança pelas ruas de Paris, e isso sem que existisse polícia de nenhuma espécie. “Já não se ouve falar — dizia um membro da Comuna — de assassinatos, roubos e agressões. Dir-se-ia que a polícia levou consigo para Versalhes todos os seus amigos conservadores”. As meretrizes haviam encontrado o rastro de seus protetores, fugitivos homens da família, da religião e, sobretudo, da propriedade. Em seu lugar, voltavam a aparecer as autênticas mulheres de Paris, heróicas, nobres e abnegadas como as mulheres da antigüidade. Paris trabalhava e pensava, lutava e dava o seu sangue; radiante no

entusiasmo de sua iniciativa histórica, dedicada a forjar uma sociedade nova, quase se esquecia dos canibais que tinha às suas portas.

Frente a esse mundo novo de Paris estava o mundo velho de Versalhes — aquela assembléia de legitimistas e orleanistas, vampiros de todos os regimes mortos, ávidos de nutrir-se dos despojos da nação, com o seu rabo de republicanos antediluvianos, que sancionavam com sua presença na Assembléia o motim dos escravistas, confiando a manutenção de sua República parlamentar à vaidade do senil saltimbanco que a presidia e caricaturando a revolução de 1789 com suas reuniões de espectros no “Jeu de Paume”⁽⁴²⁾. Assim era essa assembléia, representação de tudo o que havia de morto na França, só mantida com uma aparência de vida graças aos sabres dos generais de Luís Bonaparte. Paris toda verdade, Versalhes toda mentira, e uma mentira exalada da boca de Thiers.

“Dou-lhes a minha palavra, a que jamais faltei”, disse Thiers a uma comissão de alcaides do departamento de Seine-et-Oise. Na Assembléia Nacional afirmou que “é a Assembléia mais livremente eleita e mais liberal que já existiu na França”. Disse à sua colorida soldadesca que é “a admiração do mundo e o melhor exército que a França já possuiu”. Disse às províncias que o bombardeio de Paris, que ele realizou, é um mito:

“se foram feitos alguns tiros de canhão, não foi pelo exército de Versalhes, mas por alguns insurrectos, para fazer crer que lutam, quando de fato não se atrevem a aparecer”. Pouco depois disse às províncias que a artilharia de Versalhes não bombardeia Paris, mas simplesmente a canhoneia”. Declarou ao arcebispo de Paris que as pretensas execuções e represálias (!) atribuídas às tropas de Versalhes não passam de uma mentira. Afirmou a Paris que só anseia “libertar-vos dos horríveis tiranos que vos oprimem” e que Paris da Comuna não é, em realidade, “mais que um punhado de criminosos”.

Paris de M. Thiers não era a verdadeira Paris da “vil multidão”, mas uma Paris fantasma, a Paris dos *franc fileurs*⁽⁴³⁾, Paris masculina e feminina dos bulevares, a Paris rica, capitalista; a Paris dourada, a Paris ociosa, que agora corria em tropel para Versalhes, Saint-Denis, Rueil e Saint-Germain, com seus lacaios, seus escroques, sua boemia literária e suas meretrizes. A Paris para a qual a guerra civil não era senão um divertido passatempo, a que acompanhava as batalhas por meio de binóculos, contando os tiros de canhão e jurando por sua própria honra e a de suas prostitutas que aquele espetáculo era muito melhor do que os que representavam em Porte-Saint-Martin. Ali, os que caíam eram mortos de verdade, os gritos dos feridos eram verdadeiros

também e, além do mais, tudo era tão intensamente histórico!

Essa era a Paris de M. Thiers, da mesma forma que o mundo, dos emigrados de Coblença era a França do senhor Calonne.

IV

A primeira tentativa da conspiração dos escravistas para subjugar Paris e conseguir sua ocupação pelos prussianos fracassou diante da negativa de Bismarck. A segunda tentativa, a de 18 de março, terminou com a derrota do exército e a fuga do governo para Versalhes, ordenando a todo o aparelho administrativo que abandonasse seus postos e o acompanhasse na fuga. Mediante a simulação de negociações com Paris, Thiers ganhou tempo para preparar a guerra contra ela. Mas, onde conseguir um exército? Os restos de regimentos de linha eram escassos em número e inseguros quanto à moral. Seu desesperado apelo às províncias para que viessem em ajuda a Versalhes com suas guardas nacionais e seus voluntários foi rechaçado por completo. Só a Bretanha mandou alguns *chouans* que combatiam sob uma bandeira branca, com um coração de Jesus em pano branco sobre o peito a reunir a toda pressa uma malta variada, composta por marinheiros, soldados de infantaria naval, zuavos pontifícios, gendarmes de Valentin e guardas municipais e espiões de Piétri. Mas esse exército teria sido ridiculamente ineficaz sem a incorporação dos prisioneiros de guerra imperiais que Bismarck foi entregando parceladamente em quantidade que bastasse

para manter viva a guerra civil e conservar o governo de Versalhes em abjeta dependência com relação à Prússia. Durante a própria guerra a polícia de Versalhes tinha que vigiar o exército versalhês, enquanto os gendarmes eram obrigados a arrastá-los à luta, colocando-se sempre nos postos de perigo. Os fortes que caíram não foram conquistados, mas comprados. O heroísmo dos federais convenceu Thiers de que para vencer a resistência de Paris não bastavam o seu gênio estratégico nem as baionetas de que dispunha.

Enquanto isso, suas relações com as províncias tornavam-se cada vez mais difíceis. Não chegava uma só mensagem de adesão para estimular Tiers e os “rurais”. Muito ao contrário, de toda parte chegavam delegações e mensagens pedindo, num tom que tinha de tudo menos de respeitoso, a reconciliação com Paris sobre a base do reconhecimento inequívoco da República, das liberdades comunais e da dissolução da Assembléia Nacional, cujo mandato já expirara. Essas mensagens afluíam em tal número que em sua circular de 23 de abril aos procuradores, Dufaure, ministro da Justiça de Thiers, dava-lhes ordem para considerar como um crime o “apelo à conciliação”. Apesar disso, em face das perspectivas desesperadas que se abriam ante sua campanha militar, Thiers decidiu mudar de tática, ordenando que a 30 de abril se

realizassem eleições municipais em todo o país, sobre a base da nova lei municipal ditada por ele mesmo à Assembléia Nacional. Utilizando, segundo os casos, as intrigas de seus prefeitos e a intimidação policial, estava seguro de que o resultado da votação nas províncias lhe permitiria ungir a Assembléia Nacional com aquele poder moral que jamais tivera, e obter afinal das províncias a força material de que necessitava para a conquista de Paris.

Thiers preocupou-se desde o primeiro momento em combinar sua guerra de bandidos contra Paris — glorificada em seus próprios boletins, — e as tentativas de seus ministros para instaurar de um extremo a outro da França o reinado do terror, com uma pequena comédia de conciliação, que deveria servir-lhe para mais de uma finalidade. Tratava-se com isso de enganar as províncias, de seduzir a classe média de Paris e, sobretudo, de oferecer aos pretensos republicanos da Assembléia Nacional a oportunidade de esconder sua traição contra Paris por trás de sua fé em Thiers. No dia 21 de março, quando ainda não contava com um exército, Thiers declarava diante da Assembléia: “Haja o que houver, jamais enviarei tropas contra Paris”. A 27 de março, interveio mais uma vez para declarar: “Deparei-me com a República como um fato consumado e estou disposto firmemente a mantê-la”. Em verdade, em Lyon e Marselha⁽⁴⁴⁾

esmagou a revolução em nome da República, enquanto em Versalhes os uivos de seus “rurais” abafavam a simples referência ao seu nome. Depois dessa façanha, rebaixou o “fato consumado” à categoria de fato hipotético. Os príncipes de Orleans, que Thiers havia afastado de Bordéus por precaução, podiam agora fazer intrigas em Dreux, o que constituía flagrante violação da lei. As concessões prometidas por Thiers, em suas intermináveis conversações com os delegados de Paris e das províncias, embora variassem constantemente de tom e de cor, segundo o tempo e as circunstâncias, reduziam-se sempre, no fundo, à promessa de que sua vingança se limitaria ao “grupo de criminosos envolvidos nos assassinatos de Lecomte e Clément Thomas”; bem entendido, sob a condição de que Paris e a França aceitassem sem reservas o senhor Thiers como a melhor das Repúblicas possíveis, como ele havia feito em 1830 com Luís Felipe. Mesmo essas concessões, tinham o cuidado de pô-las em dúvida através dos comentários oficiais que fazia por intermédio de seus ministros na Assembléia Nacional. E havia Dufaure para agir. Dufaure, velho advogado orleanista, fora o poder judiciário supremo de todos os estados de sítio, tanto agora, em 1871, sob Thiers, como em 1839, sob Luís Felipe, e em 1849, sob a presidência de Luís Bonaparte. No período em que esteve fora do ministério, reunira

uma fortuna defendendo os pleitos dos capitalistas de Paris e acumulara capital político demandando contra leis contra ele mesmo elaboradas. Agora, não contente em fazer com que a Assembléia Nacional votasse a toda pressa uma série de leis repressivas que, depois da queda de Paris, haveriam de servir para extirpar os últimos vestígios das liberdades republicanas na França, traçou de antemão o destino que Paris teria de percorrer, ao abreviar as tramitações dos tribunais de guerra, que ainda lhe pareciam demasiado lentos, e ao apresentar uma nova lei draconiana de deportação. A revolução de 1848, ao abolir a pena de morte para os delitos políticos, substituiu-a pela deportação. Luís Bonaparte não se atreveu, pelo menos em teoria, a restabelecer o regime da guilhotina. E a Assembléia dos “rurais”, que ainda não ousava nem insinuar que os parisienses não eram rebeldes, mas assassinos, não teve outro remédio senão limitar-se, na vingança que preparava contra Paris, à nova lei de deportação de Dufaure. Sob todas essas circunstâncias, Thiers não teria podido continuar representando sua comédia de conciliação, se essa comédia não houvesse arrancado, como ele próprio queria, gritos de raiva entre os “rurais”, cujas cabeças ruminantes não podiam compreender a farsa, nem tudo o que à farsa exigia em hipocrisia, tergiversação e dilações.

Em face da iminência das eleições municipais de 30 de abril, no dia 27 Thiers representou uma de suas grandes cenas conciliatórias. Em meio a uma torrente de retórica sentimental, exclamou da tribuna da Assembléia: “A única conspiração existente contra a República é a de Paris, que nos obriga a derramar o sangue francês. Não me cansarei de repetir: que aquelas mãos soltem as armas infames que empunham e o castigo se deterá imediatamente por um ato de paz do qual só um pequeno número de criminosos ficará excluído ” E como os “rurais” o interrompessem violentamente, replicou: “Dizei-me, senhores, vos suplico, se estou errado. Deplorais realmente que eu diga aqui serem uns criminosos um pequeno grupo? Não é uma felicidade em meio às nossas desgraças, que os homens capazes de verter o sangue de Clément Thomas e do general Lecointe não seriam mais que umas poucas exceções?”

Contudo, a França fez-se muda àqueles discursos que Thiers acreditava serem um canto de sereia parlamentar. Dos 700 mil conselheiros municipais eleitos nos 25 mil municípios que a França ainda conservava. os legitimistas, orleanistas e bonapartistas coligados não obtiveram senão 8 mil. As diferentes votações suplementares trouxeram resultados ainda mais hostis. Desse modo, em lugar de obter das províncias a força material de que tanto necessitava, a Assembléia perdia até o seu último

título de força moral: o de ser expressão do sufrágio universal da nação. Para arrematar a derrota, os ajuntamentos recém-eleitos ameaçaram abertamente a Assembléia usurpadora de Versalhes com a convocação de uma contra-Assembléia em Bordéus.

Chegara afinal para Bismarck o tão esperado momento de lançar-se à ação decisiva. Ordenou peremptoriamente a Thiers que enviasse a Francort plenipotenciários para assinar definitivamente a paz. Obedecendo com humildade ao chamado do seu senhor, Thiers se apressou a enviar seu fiel Jules Favre, assistido por Poyer-Quertier. Poyer-Quertier, “eminente” fiandeiro de algodão de Rouen, fervoroso e até servil partidário do Segundo Império, jamais havia descoberto neste nenhuma falha, exceto o tratado comercial com a Inglaterra, prejudicial ao seu próprio negocio. Mal se instalara em Bordéus, como ministro da Fazenda de Thiers, denunciou esse “nefasto” tratado, sugeriu sua imediata revogação e teve até o descaramento de tentar, embora em vão (não levou em conta Bismarck em seus cálculos) o pronto restabelecimento das antigas tarifas protecionistas contra a Alsácia, onde, segundo ele, não existia o obstáculo de nenhum tratado internacional anterior. Esse homem, que via na contra-revolução um meio de rebaixar os salários em Rouen, e na entrega à Prússia das províncias francesas um meio para

majorar os preços de seus artigos na França — não era esse homem predestinado para ser escolhido por Thiers, em sua última e fulminante traição, como digno auxiliar de Jules Favre?

À chegada a Francfort dessa magnífica parelha de plenipotenciários, o brutal Bismarck os recebeu com este dilema categórico: “Ou a restauração do Império ou a aceitação sem reservas de minhas condições de paz!” Entre essas condições figura a de reduzir os prazos para o pagamento da indenização de guerra e a prorrogação da ocupação dos fortes de Paris pelas tropas prussianas enquanto Bismarck não estivesse satisfeito com o estado de coisas reinante na França. Dessa maneira, era a Prússia reconhecida como o árbitro supremo da política interna francesa. Em troca disso, oferecia libertar, para que exterminasse Paris, o exército bonapartista que mantinha prisioneiro e prestar-lhe o apoio direto das tropas do imperador Guilherme. Como penhor de sua boa fé, acedia em que o pagamento da primeira parte da indenização fosse subordinado à “pacificação” de Paris. É desnecessário dizer que Thiers e seus plenipotenciários lançaram-se avidamente sobre esse prato. O tratado de paz foi por eles firmado a 10 de maio, sendo ratificado pela Assembléia de Versalhes a 18 do mesmo mês.

No intervalo entre a conclusão da paz e a chegada das tropas bonapartistas, Thiers se acreditou obrigado a retomar sua comédia de conciliação, tanto mais porque os republicanos, seus instrumentos, estavam necessitando desesperadamente de um pretexto que lhes permitisse fechar os olhos aos preparativos da carnificina de Paris. Ainda a 8 de maio respondia a uma comissão de conciliadores pequeno-burgueses: “Logo que os insurrectos se decidam a capitular, as portas de Paris se abrirão de par em par, durante uma semana, para todos, com a única exceção dos assassinos dos generais Clément Thomas e Lecomte”.

Poucos dias depois, interpelado energicamente pelos “rurais” acerca dessas promessas, negou-se a dar qualquer espécie de explicação, mas sem deixar de fazer esta alusão significativa:

“Digo-vos que há entre vós homens impacientes, pessoas que têm demasiada pressa. Aguardai oito dias, ao fim dos quais o perigo terá passado e a tarefa estará à altura de vossa valentia e capacidade.” Assim que Mac-Mahon pôde garantir-lhe que dentro em pouco poderia entrar em Paris, Thiers declarou à Assembléia que “entraria em Paris com a lei na mão e exigiria uma punição completa para os miseráveis que haviam sacrificado vidas de soldados e destruído

monumentos públicos”. Ao aproximar-se o momento decisivo, disse à Assembléia: “Serei implacável!”; a Paris, que ela estava condenada; e a seus bandidos bonapartistas, que tinham carta branca para vingar-se de Paris como bem entendessem. Por último, quando, a 21 de maio, a traição abriu as portas da cidade para o general Douay, Thiers pôde revelar, no dia 22, aos “rurais”, o “objetivo” de sua comédia de reconciliação, que tanto se haviam obstinado em não compreender: “Disse-vos há poucos dias que nos estávamos aproximando de nossos objetivos; hoje, venho dizer-vos que o objetivo foi alcançado. O triunfo da ordem, da justiça e da civilização foi conseguido por fim!”

Assim era. A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu sinistro esplendor onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Em tais momentos, essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores faz ressaltar esse fato com maior clareza. Mesmo as atrocidades cometidas pela burguesia em junho de 1848 empalidecem diante da infâmia indescritível de 1871. O heroísmo abnegado com que a população — homens, mulheres e crianças — lutou durante oito dias desde a entrada dos versalheses na

cidade reflete a grandeza de sua causa, do mesmo modo que as façanhas infernais da soldadesca refletem o espírito inato dessa civilização da qual é ela o braço vingador e mercenário. Gloriosa civilização essa, cujo grande problema consiste em saber como desprender-se dos montões de cadáveres feitos por ela, depois de cessada a batalha!

Para encontrar um paralelo com a conduta de Thiers e seus cães de fila é necessário remontar aos tempos de Sila e dos triunviratos romanos. As mesmas matanças em massa a sangue frio; o mesmo desdém, na matança, pela idade e o sexo; o mesmo sistema de torturar os prisioneiros, as mesmas proscricções, mas agora de toda uma classe; a mesma caça selvagem dos chefes na clandestinidade, a fim de que nenhum escape; as mesmas delações de inimigos políticos e pessoais; a mesma indiferença diante do massacre de pessoas alheias à luta. Não há senão uma diferença: os romanos não dispunham de metralhadoras para despachar em massa os proscritos e não agiam “com a lei na mão” nem com o brado de “civilização” nos lábios.

Após esses horrores, voltemos as vistas para outra face, ainda mais repugnante, dessa civilização burguesa, tal como sua própria imprensa a descreve:

“Enquanto ao longe — escreve o correspondente parisiense de um jornal conservador de Londres — ouvem-se disparos esparsos e entre as tumbas do cemitério de Père-Lachaise agonizam infelizes feridos abandonados; enquanto 6 mil insurretos aterrados vagam numa agonia de desespero no labirinto das catacumbas e pelas ruas se vêem ainda infelizes arrastados para ser abatidos pelas metralhadoras, torna-se revoltante ver os cafés cheios de devotos do absinto, do bilhar e do dominó, ver como as mulheres viciadas circulam pelos bulevares e ouvir como o estrépito das bacanais nos reservados dos restaurantes ricos turvam o silêncio da noite.” O senhor Edouard Hervé escreve no *Journal de Paris*, diário de Versalhes suprimido pela Comuna: “O modo como a população de Paris (!) manifestou ontem sua satisfação era mais do que frívolo, e tememos que isso se agrave com o tempo. Paris apresenta agora o ar de um dia de festas, lamentavelmente pouco adequado. Se não quisermos que nos chamem de “parisienses da decadência” deveremos pôr fim a tal estado de coisas.” E, em continuação, cita a passagem de Tácito:

“Entretanto, na manhã seguinte daquela horrível batalha e mesmo antes de terminar, Roma, degradada e corrompida, começou a chafurdar-se de tal modo na lama da voluptuosidade que destruía o seu corpo e

manchava a sua alma: *alibi proelia et vulnera, alibi balnea popinaeque* (aqui, combates e feridas; ali, balneários e festins).” O senhor Hervé só se esquece de esclarecer que a “população de Paris” de que ele fala é, exclusivamente, a população de Paris do senhor Thiers: os *franc-fileurs* que voltavam em tropel de Versalhes, Saint-Denis, Rueil e Saint-Germain, a Paris “da decadência”.

Em cada um de seus triunfos sangrentos sobre os abnegados paladinos de uma sociedade nova e melhor, essa infame civilização, baseada na escravização do trabalho, afoga os gemidos de suas vítimas num clamor selvagem de calúnias, que encontram eco em todo o mundo. Os cães de fila da “ordem” logo transformam em um inferno a serena Paris operária da Comuna. E que demonstra essa tremenda mudança nas mentes burguesas de todos os países? Demonstra, simplesmente, que a Comuna se amotinou contra a civilização. O povo de Paris, cheio de entusiasmo, morre pela Comuna em quantidade não igualada por nenhuma batalha da história. Que demonstra isso? Demonstra, simplesmente, que a Comuna não era o governo próprio do povo, mas a usurpação do poder por um grupo de criminosos. As mulheres de Paris dão alegremente as suas vidas nas barricadas e diante dos pelotões de fuzilamento. Que demonstra isso? Demonstra, simplesmente, que o demônio da Comuna converteu-se em Megeras e

Hécates. A moderação da Comuna durante os dois meses de seu domínio indisputado só se iguala ao heroísmo da sua defesa. Que demonstra isso? Demonstra, simplesmente, que durante vários meses a Comuna ocultou cuidadosamente sob uma máscara de moderação e humanidade a sede de sangue de seus instintos satânicos, para dar-lhe rédea solta no momento de sua agonia.

No instante do heróico holocausto de si mesma, Paris operária envolveu em chamas edifícios e monumentos. Quando os escravizadores do proletariado esquartejam seu corpo vivo, não devem abrigar a esperança de retornar em triunfo aos muros intactos de suas casas. O governo de Versalhes brada: “Incendiários!” e sussurra essa palavra de ordem a todos os seus agentes, mesmo na aldeia mais remota, para que acossem os seus inimigos, por toda parte, como incendiários profissionais. A burguesia do mundo inteiro, que assiste com complacência a essa matança em massa depois da luta, treme de horror ante a profanação do ladrilho e do tijolo.

Quando os governos dão autorização de Estado aos seus marinheiros para “matar, queimar e destruir”, dão ou não carta branca aos incendiários? Quando as tropas britânicas ateam fogo alegremente no Capitólio de Washington ou no palácio de verão do Imperador da China, são

ou não incendiárias? Quando os prussianos, não por motivos militares, mas por mero espírito de vingança, fazem arder com a ajuda do petróleo povoações inteiras como Châteaudun e inúmeras aldeias, são ou não incendiários? Quando Thiers bombardeia Paris durante seis semanas, sob o pretexto de que só quer atingir com o fogo as casas habitadas, é ou não incendiário? Na guerra, o fogo é uma arma tão legítima quanto qualquer outra. Os edifícios ocupados pelo inimigo são bombardeados para incendiá-los. E se os seus defensores se vêem obrigados a evacuá-los, eles próprios os incendeiam para evitar que os atacantes se apoiem neles. Ser pasto das chamas tem sido sempre o destino iniludível dos edifícios que se situam na frente de combate de todos os exércitos regulares do mundo. Mas eis que na guerra dos escravizados contra os escravizadores — a única guerra justificada da história — esse argumento já não é válido, em absoluto! A Comuna serviu-se do fogo pura e exclusivamente como um meio de defesa. Utilizou-o para sustar o avanço das tropas de Versalhes por aquelas avenidas amplas e retas que Haussmann abrira expressamente para o fogo da artilharia; empregou-o para cobrir a retirada, do mesmo modo que os versalheses, ao avançar, empregaram suas granadas que destruíram, pelo menos, tantos edifícios como o fogo da Comuna. Ainda não se sabe ao certo que edifícios foram

incendiados pelos defensores e quais o foram pelos atacantes. E os próprios defensores não recorreram ao fogo senão depois que as tropas versalhesas deram início à matança em massa de prisioneiros. Ademais, a Comuna havia anunciado, há muito tempo, que, compelida ao extremo, se enterraria entre as ruínas de Paris e faria desta capital uma segunda Moscou. Coisa que o governo da defesa havia também prometido fazer, claro que só como disfarce para encobrir a sua traição. Trochu preparara o petróleo necessário para essa eventualidade. Sabia a Comuna que aos seus inimigos não importavam as vidas do povo de Paris, mas que em troca lhes importavam muito os edifícios parisienses de sua propriedade. Por outro lado, Thiers já fizera saber que seria implacável em sua vingança. Mal viu de um lado o seu exército em ordem de batalha e, do outro lado, os prussianos fechando a saída, exclamou: “Serei inexorável! O castigo será completo e a justiça severa!” Se os atos dos operários de Paris foram de vandalismo, era o vandalismo da defesa desesperada, não um vandalismo de triunfo, como aquele de que os cristãos deram prova ao destruir os tesouros artísticos, realmente inestimáveis, da antiguidade pagã. Mas inclusive esse vandalismo foi justificado pelos historiadores como um acidente inevitável e relativamente insignificante, em comparação com aquela luta titânica entre uma

sociedade nova que surgia e uma sociedade velha que se arruinava. E ainda menos se parecia ao vandalismo de um Haussmann, que arrasou Paris histórica para dar lugar à Paris dos ociosos.

Mas, e a execução pela Comuna dos 64 reféns, com o arcebispo de Paris à frente? A burguesia e seu exército restabeleceram em junho de 1848 um costume que havia desaparecido há muito tempo das práticas da guerra: o de fuzilar os prisioneiros indefesos. Desde então, esse costume brutal vem encontrando a adesão mais ou menos estrita de todos os esmagadores de comoções populares na Europa e na Índia, demonstrando com isso que constitui um verdadeiro “progresso da civilização”. Por sua vez, os prussianos restabeleceram na França a prática de fazer reféns: pessoas inocentes, a quem se obrigava a responder com suas vidas pelos atos de outros. Quando Thiers, como vimos, pôs em prática, desde o primeiro momento do conflito, o humano costume de fuzilar os federais prisioneiros, a Comuna viu-se forçada a recorrer, para proteger suas vidas, ao hábito prussiano de fazer reféns. Eram réus responsáveis, repetidas vezes, pelos incessantes fuzilamentos de prisioneiros feitos pelos versalheses. Quem poderia continuar garantindo suas vidas após a carnificina com que os pretorianos de Mac-Mahon⁽⁴⁵⁾ celebraram sua entrada em Paris? Devia converter-se também

numa burla a última garantia — os reféns — contra a desenfreada ferocidade dos governos burgueses? O verdadeiro assassino do arcebispo Bardoy é Thiers. A Comuna propôs reiteradas vezes a troca do arcebispo e de inúmeros sacerdotes por um único prisioneiro, Blanqui, que Thiers mantinha então em suas garras. E Thiers negou-se obstinadamente. Sabia que com Blanqui dava a Comuna uma cabeça e que o arcebispo serviria melhor aos seus fins como um cadáver. Thiers agia aqui segundo o precedente de Cavaignac. Porventura, em junho de 1848, Cavaignac e seus homens da ordem não haviam lançado gritos de horror, estigmatizando os insurretos como assassinos do arcebispo Affre? E eles sabiam perfeitamente que o arcebispo fora fuzilado pelas tropas do partido da ordem. Jacquemet, vigário geral do arcebispo, que assistira à sua execução, informara-o imediatamente após o ocorrido.

Todo esse coro de calúnias que o partido da ordem, em suas orgias de sangue, jamais deixa de levantar contra suas vítimas, demonstra apenas que o burguês dos nossos dias se considera o legítimo herdeiro do antigo senhor feudal, para quem todas as armas eram boas contra os plebeus, enquanto que em mãos destes toda arma constituía por si só um crime.

A conspiração da classe dominante para esmagar a revolução por meio de uma guerra civil apoiada no patronato do invasor estrangeiro — conspiração que temos acompanhado desde o 4 de setembro até a entrada dos pretorianos de Mac-Mahon pela porta de Saint-Cloude — culminou na carnificina de Paris. Bismarck deleita-se ante as ruínas de Paris, nas quais viu talvez o primeiro passo daquela destruição geral das grandes cidades que fora seu sonho dourado quando não era senão um simples “rural” na Chambre introuvable prussiana de 1849. Deleita-se diante dos cadáveres do proletariado de Paris. Para ele isso não é somente o extermínio da revolução; é também o aniquilamento da França, que agora fica decapitada de fato, e por obra do próprio governo francês. Com a superficialidade que caracteriza todos os estadistas afortunados, não vê senão o aspecto exterior desse formidável acontecimento histórico. Quando ofereceu a história o espetáculo de um conquistador que coroava seu triunfo convertendo-se, já não no gendarme, mas no sicário do governo vencido? Não havia guerras entre a Prússia e o governo de Paris. Pelo contrário, a Comuna havia concordado com as condições de paz, e a Prússia se declarara neutra. A Prússia, portanto, não era beligerante. Desempenhou o papel de um espadachim; de um espadachim covarde, pois não arrostando nenhum perigo de aluguel, porque se estipulara de

antemão que o pagamento de 500 milhões tintos de sangue não seria feito senão depois da queda de Paris. Revelava-se finalmente, desse modo, o verdadeiro caráter da guerra, daquela guerra mandada pela Providência como castigo da ímpia e corrompida França pela moral e piedosa Alemanha. E essa violação sem precedente do direito das nações, inclusive na interpretação dos juristas do velho mundo, em vez de levantar os governos “civilizados” da Europa para declarar fora da lei internacional o vil governo prussiano, simples instrumento do governo de S. Petersburgo, leva-os unicamente a perguntar se as poucas vítimas que conseguirem escapar do duplo cordão formado em torno de Paris não deverão ser entregues também ao governo de Versalhes!

O fato inédito de que, na mais tremenda guerra dos tempos modernos, o exército vencedor e o exército vencido confraternizem na matança comum do proletariado, não representa, como pensa Bismark, o esmagamento definitivo da nova sociedade que avança, mas o desmoronamento completo da sociedade burguesa. A empresa mais heróica de que é ainda capaz a velha sociedade é a guerra nacional. E fica provado agora que é ela uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A

dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado!

Após o domingo de Pentecostes de 1871 já não pode haver paz nem trégua aceitável entre os operários da França e os que se apropriam dos frutos de seu trabalho. O punho de ferro da soldadesca mercenária poderá submeter durante certo tempo essas duas classes, mas a luta voltará a eclodir muitas vezes, em proporções sempre crescentes. Não pode haver dúvida sobre quem será afinal o vencedor: se os poucos que vivem do trabalho alheio ou a imensa maioria que trabalha. E a classe operária francesa não é senão a vanguarda do proletariado moderno.

Ao mesmo tempo em que comprovam, assim, diante de Paris, o caráter internacional de sua dominação de classe, os governos da Europa investem contra a Associação Internacional dos Trabalhadores — a contra-organização internacional do trabalho face à conspiração cosmopolita do capital — como a fonte principal de todos esses desastres. Thiers denunciou-a como déspota do trabalho que pretende ser seu libertador. Picard determinou que fossem rompidas todas as ligações entre os internacionais franceses e os do estrangeiro. O conde de Jaubert, uma múmia que foi cúmplice de Thiers em 1835, declara que o extermínio da

Internacional é o grande problema de todos os governos civilizados. Os “rurais” urram contra ela, e a imprensa européia adere unanimemente ao coro. Um honrado escritor francês, inteiramente alheio à nossa Associação, exprime-se nos seguintes termos: “Os membros do Comitê Central da Guarda Nacional, assim como a maior parte dos membros da Comuna, são as cabeças mais ativas, inteligentes e enérgicas da Associação Internacional dos Trabalhadores... Homens absolutamente honrados, inteligentes, sinceros, abnegados, puros e fanáticos no bom sentido da palavra.” Naturalmente o espírito burguês imbuído de policialismo, encara a Associação Internacional dos Trabalhadores como uma espécie de conspiração secreta com um organismo central que, de quando em vez, ordena explosões em diferentes países. Na realidade, nossa Associação não é mais que a ligação internacional entre os operários mais avançados dos diversos países do mundo civilizado. Onde quer que a luta de classes adquira certa consistência, sejam quais forem as formas e as condições em que o fato aconteça, é lógico que os membros de nossa Associação apareçam na vanguarda. O solo de onde brota a nossa Associação é a própria sociedade moderna. não é possível exterminá-la, por maior que seja a carnificina. Para fazê-lo, os governos teriam que exterminar o despotismo do capital sobre o

trabalho, base de sua própria existência parasitária.

Paris dos operários, com sua Comuna, será eternamente exaltada como o porta-bandeira glorioso de uma nova sociedade. Seus mártires têm seu santuário no grande coração da classe operária. Quanto a seus exterminadores, a história já os cravou para sempre num pelourinho, do qual todas as preces de seus clérigos não conseguirão redimi-los.

Londres, 30 de maio de 1871.

Apêndices

I

“A coluna de prisioneiros deteve-se na avenida Ulrich e foi disposta em quatro ou cinco fileiras, na calçada, com a frente para a rua. O general Marquês de Gallifet e seu estado-maior desceram dos cavalos e deram início a uma inspeção, da esquerda para a direita. O general andava lentamente, observando as filas; de vez em quando detinha-se, tocava no ombro de um prisioneiro, ou o chamava com um movimento de cabeça no caso de se achar nas fileiras de trás. Na maioria das vezes, os escolhidos por esse processo eram, sem muitas considerações, colocados no meio da rua, onde em seguida formavam uma coluna à parte... A possibilidade de erro era, evidentemente, considerável. Um oficial montado apontou ao general Gallifet um homem e uma mulher como culpados de algum crime. A mulher saiu correndo da fila, pôs-se de joelhos e, com os braços abertos, proclamou sua inocência em termos profundamente comovedores. O general, com a fisionomia impassível e sem mover-se, respondeu: “Madame, conheço todos os teatros de Paris; sua comédia não me impressiona; é desnecessária a comédia” (“ce n’est pas la pleine de jouer la comédie”).

Aquele dia era pouco conveniente para uma pessoa qualquer ser mais alta, mais suja, mais limpa, mais velha ou mais feia que seus vizinhos. Um homem com o nariz quebrado despertou minha atenção, e em seguida compreendi que devia àquele detalhe o ver-se logo libertado de nosso vale de lágrimas. — . Foram assim escolhidos mais de cem; destacou-se um pelotão de fuzilamento e a coluna continuou a sua marcha, deixando atrás os condenados. Poucos minutos depois, iniciava-se às nossas costas um fogo intermitente, que durou mais de um quarto de hora. Era a execução daqueles desgraçados, assim sumariamente condenados.” (Correspondente do *Daily News* em Paris, 8 de junho)

Esse Gallifet, “o rufião de sua própria mulher, tão conhecida pelas escandalosas exhibições que fazia de seu corpo nas bacanais do Segundo Império”, era conhecido durante a guerra com o nome de “Alferes Pistola” francês.

O *Temps*⁽⁴⁶⁾, que é um jornal prudente e pouco dado ao sensacionalismo, relata uma história tenebrosa de pessoas mal executadas e enterradas ainda com vida. “Na praça de Saint-Jacques-la-Bouchière foram enterradas inúmeras pessoas, algumas das quais apenas superficialmente. Durante o dia, o ruído das ruas em agitação impedia de ouvir, mas no silêncio da

noite os moradores das casas próximas despertaram ouvindo gemidos abafados e, pela manhã, via-se elevando-se do chão uma mão crispada. Em consequência disso, deu-se ordem para desenterrar os cadáveres... Não tenho a menor dúvida de que muitos feridos foram enterrados ainda com vida. Há um caso pelo qual posso responder pessoalmente. No dia 24 de maio foi fuzilado Brunel com sua amante no pátio de uma casa da praça Vendôme, onde ficaram estendidos os seus corpos até à tarde do dia 27. Quando, por fim, vieram retirar os cadáveres, viram que a mulher ainda vivia, sendo levada numa ambulância. Embora tenha recebido quatro balas, já está fora de perigo.” (Correspondente do *Evening Standard* em Paris, 8 de junho)

II

No Times de Londres⁽⁴⁷⁾, no dia 13 de junho, apareceu a seguinte carta:

“Ao diretor de Times:

Prezado senhor,

A 6 de junho de 1871, M. Jules Favre enviou uma circular a todos os governos da Europa, pedindo-lhes uma perseguição de morte contra a Associação Internacional dos Trabalhadores. Algumas observações apenas bastarão para dar a conhecer o caráter desse documento.

Na introdução de nossos Estatutos, declara-se que a Internacional foi fundada a 28 de setembro de 1864 numa assembléia pública realizada em St-Martin's Hall, Longacres, Londres. Por motivos que lhe são pessoais, Jules Favre data a sua origem no ano de 1862.

Pretendendo explicar os nossos princípios, declara citar “seu (da Internacional) folheto de 25 de março de 1869”. E que cita ele? O folheto de uma Associação que não é a Internacional. Esse tipo de manobras ele já utilizava quando era ainda um advogado bastante jovem e defendia o jornal parisiense *National* contra a acusação de calúnia levantada por Cabet. Simulava então ler

citações dos folhetos de Cabet, quando em realidade o que lia eram parágrafos de seu próprio texto. Mas tal expediente foi desmascarado na própria sessão do tribunal e, se Cabet não houvesse sido tão indulgente, Favre teria sido expulso do Colégio de Advogados de Paris. De todos os documentos que ele cita como documentos da Internacional, nenhum só pertence à Internacional. Assim, afirma: “A Aliança declara-se atéia — disse o Conselho Geral constituído em Londres, em julho de 1869.” O Conselho Geral jamais publicou semelhante documento. Ao contrário, publicou um que anulava os estatutos de constituição da “Aliança” a “Aliança da democracia socialista” de Genebra — citados por Jules Favre.

Em toda a sua circular, que pretende ser parcialmente dirigida também contra o Império, Jules Favre, para atacar a Internacional, não faz senão repetir as fábulas policiais dos procuradores do Império. Fábulas tão indigentes que vêm abaixo ante os próprios tribunais bonapartistas.

É sabido que o Conselho Geral da Internacional em seus dois manifestos (de julho e de setembro do ano passado) sobre a guerra de então, denunciava os planos de conquista da Prússia contra a França. Depois disso, M. Reitlinger, secretário particular de Jules Favre,

dirigiu-se (em vão, naturalmente) a alguns membros do Conselho Geral para que o Conselho preparasse uma manifestação antibismarckiana e a favor do governo da defesa nacional. Pedia-lhes encarecidamente não fazer a menor alusão à República. Os preparativos para uma manifestação quando se esperava a chegada de Jules Favre a Londres foram feitos — certamente com a melhor intenção — contra a vontade do Conselho Geral, que em seu manifesto de setembro previne claramente os trabalhadores de Paris contra Favre e seus colegas.

Que diria Jules Favre se, por seu turno, o Conselho Geral da Internacional enviasse uma circular sobre Jules Favre a todos os governos da Europa, chamando-lhes a atenção para os documentos publicados em Paris pelo falecido sr. Millière?

Sempre seu, JOHN HALES, Secretário do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Londres, 12 de junho de 1871.”

Num artigo sobre “A Associação Internacional e seus fins”, o *Spectator* de Londres (24 de junho), como piedoso denunciante que é, tem, entre outras habilidades desse tipo, a de citar, embora mais amplamente que Favre, o mencionado documento da “Aliança” como se fosse da Internacional. E isso, onze dias após a publicação

no *Times* da retificação acima. Isso não nos surpreende. Já Frederico o Grande dizia que de todos os jesuítas os piores são os protestantes.